

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



Dissertação de Mestrado

**Os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra (São Lourenço do Sul/RS) e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas**

**Adriana da Silva Ferreira**

Pelotas, 2024

**ADRIANA DA SILVA FERREIRA**

**Os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra (São Lourenço do Sul/RS) e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração: Formação de Professores, Ensino, Processos e Práticas Educativas.

Orientadora: Profa. Dra. Georgina Helena Lima Nunes

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação da Publicação

F384s Ferreira, Adriana da Silva

Os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra (São Lourenço do Sul/RS) e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas [recurso eletrônico] / Adriana da Silva Ferreira ; Georgina Helena Lima Nunes, orientadora. — Pelotas, 2024.

102 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Mulheres Quilombolas mais velhas. 2. Ensino. 3. Educação. 4. Formação. 5. Racismo. I. Nunes, Georgina Helena Lima, orient. II. Título.

CDD 371.12

Adriana da Silva Ferreira

Os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra (São Lourenço do Sul/RS) e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação, Área de concentração Formação de Professores, Ensino, Processos e Práticas Educativas, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 24 de setembro de 2024

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Georgina Helena Lima Nunes (orientadora)  
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Lígia Cardoso Carlos  
Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

---

Profa. Dra. Givania Maria Silva  
Conselheira do Conselho Nacional de Educação

## RESUMO

FERREIRA, Adriana da Silva. **Os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra (São Lourenço do Sul/RS) e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas**. Orientadora: Dra. Georgina Helena Lima Nunes. 2024. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

Esse trabalho foi desenvolvido junto à Comunidade Quilombola Coxilha Negra, São Lourenço do Sul/RS, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com quatro mulheres, as mais velhas, desta comunidade. O objetivo foi averiguar quais saberes impactaram na formação para a docência no ensino superior das mais novas. Para tanto, se desenvolveu uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo Estudo de Caso que dialogou com pesquisadoras quilombolas mulheres (Ferreira, Ribeiro Santana, Nogueira Soares, Sant'Anna), que contribuíram na construção dos caminhos metodológicos durante a atividade de campo. Da inserção em campo, foram definidas algumas categorias primordiais para a compreensão dos processos de educação formal e não formal das mesmas a partir da infância, trabalho, hibridismo religioso, escolarização e as festividades que permeiam estes cotidianos. Como conclusão, compreende-se que a percepção das mais velhas sobre as mais novas, indiretamente, é de que o estudar, trabalhar fora, causa uma fragilização do estar junto. A vida, contudo, sempre foi de idas e vindas na tentativa de trabalho; as mais novas seguem este percurso, porém, “com estudo”. As jovens, não se encontram trabalhando na escola, mas elas sabem, que a escola não pode ser o “lugar da dor da cor”.

**Palavras-chave:** Racismo, Mulheres Quilombolas, Docência, Saberes

## ABSTRACT

FERREIRA, Adriana da Silva. **The knowledge of the older women of the Quilombo Coxilha Negra (São Lourenço do Sul/RS) and their contributions to the teaching background of the younger women in higher education.** Advisor: Phd. Georgina Helena Lima Nunes. 2024. 102 f. Dissertation (Master's in Education) – Faculty of Education, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

This work was carried out in the Quilombola Community of Coxilha Negra, São Lourenço do Sul/RS, where semi-structured interviews were conducted with four of the community's oldest women. The aim was to find out what knowledge had an impact on the younger women's training for teaching in higher education. To this end, a qualitative case study was carried out, which dialogued with female quilombola researchers (Ferreira, Ribeiro Santana, Nogueira Soares, Sant'Anna), who contributed to the construction of the methodological paths during the fieldwork. From the fieldwork, some key categories were defined for understanding the processes of formal and non-formal education, starting with childhood, work, religious hybridity, schooling and the festivities that permeate these daily lives. In conclusion, it is clear that the older women's perception of the younger women is indirectly that studying and working outside the home makes being together weaker. Life, however, has always been about coming and going in an attempt to find work; the younger ones are following this path, but "with study". The young women are not working at school, but they know that school cannot be the "place of the pain of color".

**Keywords:** Racism, Quilombola women, Teaching, Knowledge

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus e de expressar minha gratidão a meu pai que, com seus 99 anos, mesmo sem entender o significado de estar na Academia, sempre me apoiou de todas as formas. Igualmente, agradeço aos meus familiares Valdinei, Rosana, Claudio, Jurema, Luís, Joel e à minha mana de coração Neneca por me incentivaram e me apoiarem na jornada acadêmica. Seu amor e apoio incondicionais foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço também à minha orientadora, Georgina Helena Lima Nunes, pela orientação valiosa, pela paciência e pelos ensinamentos que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Sem você, eu não estaria aqui! Sua dedicação e conhecimento foram verdadeiras inspirações.

Sou imensamente grata aos meus amigos e amigas de apartamento, em especial à Nara Beatriz Matias Soares, que não só me ajudou com a escrita da dissertação, mas também com palavras de apoio emocional durante os desafios enfrentados.

Por fim, agradeço às mulheres mais velhas do quilombo Coxilha Negra, que pararam seus afazeres para ouvirem sobre o tema de pesquisa e acreditaram nele, dando seus relatos sobre suas jornadas de vida. Vocês tornaram essa jornada mais leve e repleta de aprendizados.

Muito obrigada!

## Lista de abreviaturas e siglas

CF	Constituição Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCNEEQ	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MN	Movimento Negro
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
TEN	Teatro Experimental Negro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO</b> .....	13
1.1 DESCRIÇÃO DAS SUJEITAS DE PESQUISA .....	15
1.2 SOBRE O QUILOMBO COXILHA NEGRA .....	20
1.3 ALGUMAS DIMENSÕES METODOLÓGICAS E DIÁLOGO COM E A PARTIR DE PESQUISADORAS QUILOMBOLAS .....	22
1.3.1 Estado do conhecimento .....	26
<b>2 QUILOMBOS E APORTES LEGAIS</b> .....	31
2.1 QUILOMBOS NO BRASIL .....	33
2.2 DISPOSITIVOS LEGAIS SOBRE QUILOMBOS .....	36
<b>3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS/AS E QUILOMBOLAS</b> .....	39
3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS .....	41
3.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: PERCURSOS E PRINCÍPIOS .....	44
<b>4 PRIMEIRAS PALAVRAS SOBRE INFÂNCIAS NEGRAS E QUILOMBOLAS</b> .....	48
4.1 A INFÂNCIA DAQUELAS QUE SERÃO SEMPRE CRIANÇAS: A INFÂNCIA DURA A VIDA INTEIRA .....	50
4.2 A INFÂNCIA E AS APRENDIZAGENS QUE SE DÃO EM OUTRAS “ESCOLAS” .....	55
4.3 A INFÂNCIA E A ESCOLA: APRENDIZAGENS E O QUE SE DEVE DESAPRENDER .....	59
<b>5 CULTURA E TRABALHO</b> .....	61
5.1 TRABALHO, OUTROS ESPAÇOS E O MOVIMENTO QUILOMBOLA QUE “RE-UNE”: FESTEJOS E RELIGIOSIDADES .....	65
5.1.1 Dimensões para estar quilombado: mutirões, festas, religiosidades e possibilidades políticas .....	68
5.1.2 Hibridismo religioso, (sobre)viver e (re)unir a partir das fissuras de um mundo racializado .....	72
<b>6 PERCEPÇÕES DAS MAIS VELHAS SOBRE AS MAIS NOVAS: HISTÓRIAS ENTRECruzADAS</b> .....	76
<b>CONCLUSÃO</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	88
<b>APÊNDICES</b> .....	94
APÊNDICE A .....	95
APÊNDICE B .....	96

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por temática um diálogo sobre os saberes das mais velhas e a realidade educacional das mais novas na docência, ou seja, gira em torno de um olhar quilombola – das mais velhas – em torno das formações das mulheres que, ao adentrarem a formação docente, mudam suas perspectivas de educação. Para tanto, a pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa (Cervo; Bervian, 1996), desenvolvida através de entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres mais velhas, com idade entre 75 e 93 anos, da Comunidade Quilombola Coxilha Negra, no município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo geral do trabalho é o de investigar os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra e suas contribuições para a formação docente das mais novas no Ensino Superior. Os objetivos específicos consistem em aprofundar o entendimento sobre os ensinamentos compartilhados pela comunidade quilombola ao longo das diferentes gerações, reconhecendo esses processos como elementos fundamentais de educação; verificar a incidência das relações étnico-raciais nos variados processos de formação, abrangendo tanto as formas tradicionais e formais de educação quanto as não formais; e, a partir dos relatos coletados em entrevista, evidenciar elementos importantes que possam ser considerados para a formação de professores/as.

Para se alcançar esses objetivos, o trabalho está estruturado de modo que, inicialmente, apresentam-se questões metodológicas, seguidas pelo delineamento do estado do conhecimento e por reflexões acerca do desenvolvimento histórico dos quilombos até o presente, dando ênfase aos direitos legais adquiridos na Constituição de 1988 e a partir dela. Posteriormente, aborda-se os primeiros saberes adquiridos na vida em quilombo. Em sequência, analisa-se a trajetória de infância das sujeitas, destacando as vivências que permanecem por toda a vida, bem como os saberes provenientes do ensino formal e não formal, identificando elementos que devem ser ignorados ou desaprendidos. Por fim, o estudo conclui com a apresentação dos trabalhos desenvolvidos dentro e fora do quilombo, ressaltando essas atividades que sempre fizeram parte da vida das sujeitas, conduzindo seus estilos de vida. A pesquisa também explora os sentidos de viver aquilombado, tratando questões fundamentais como o racismo, o sincretismo religioso presente na Comunidade e os entrecruzamentos entre as histórias das mulheres mais velhas e das mais novas.

O primeiro capítulo, *Metodologia e estratégias de ação*, especificamente, delinea o percurso metodológico e as estratégias de ação, descrevendo as sujeitas da pesquisa. Trata, também, de algumas dimensões procedimentais com e a partir das pesquisadoras quilombolas, utilizando como embasamento o estado de conhecimento, que se demarca ao redor de quatro trabalhos desenvolvidos sobre a temática. No segundo capítulo, *Quilombos e aportes legais*, aborda a história dos quilombos no Brasil, seus aportes legais, mais especificamente os artigos 215 e 216 da Constituição Federal (CF) de 1988, o artigo 2º do Decreto n.º 4.887/2003 (Brasil, 2003a) e a Lei n.º 10.639/2003 (Brasil, 2003b), que amparam e garantem alguns direitos dos quilombolas.

Com base nos percursos traçados nas seções anteriores, o terceiro capítulo, *História da educação dos negros/as e quilombolas*, traça um percurso histórico, político e legal da educação dos negros no Brasil, chegando à delimitação dos estudos sobre a educação quilombola. Trata-se de um caminho necessário para a definição do capítulo quarto, *Primeiras palavras sobre infâncias negras e quilombolas*, em que se trata da infância das mais velhas, suas primeiras palavras, as escolas e os aprendizados que construíram na tenra idade e que irão permanecer por toda a vida – exigindo o trabalho de decidir aqueles que deverão ser mantidos, ou desaprendidos.

Na continuidade, o quinto capítulo, *Cultura e trabalho*, explora a relação cultura e trabalho, os espaços onde são desenvolvidos, a importância da prática laboral para o ser quilombola e para o fortalecimento dos vínculos de pertencimento e de identidade. O estreitamento desses laços também está relacionado aos festejos e à religiosidade híbrida presentes na Comunidade, permitindo-lhe sobreviver e superar as fissuras do mundo racializado. Para finalizar o percurso investigativo, o sexto capítulo, *Percepções das mais velhas sobre as mais novas*, analisa a percepção das mais velhas em relação às mais novas em razão da docência e o que almejam para a vida dessas jovens, demonstrando como as trajetórias de vida se entrecruzam, contribuindo para responder à questão central da pesquisa.

Esta dissertação surge da experiência da autora como pesquisadora quilombola, que se dedica à compreensão da própria comunidade. A escolha das sujeitas baseou-se na relevância dos saberes e opiniões das mais velhas, considerados fundamentais para a construção das trajetórias das gerações que lhes descendem. Além disso, o trabalho também contribui com a universidade local, onde

as mais novas estiveram inseridas, abrindo caminhos para que mais quilombolas acessem o Ensino Superior – resultado de muitas lutas do movimento quilombola e negro. A realidade delineada a partir da perspectiva das sujeitas entrevistadas enriquece as reflexões, demandando um esforço analítico para avançar na construção do conhecimento. Os resultados gerados pela pesquisa precisam ser academicamente robustos, politicamente relevantes e fundamentados em diversas bases epistemológicas, para além daquelas oriundas do quilombo em relação aos/às próprios/as sujeitos/as em formação.

## 1 METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Com o intuito de responder aos objetivos propostos pela pesquisa, adota-se uma abordagem qualitativa (Cervo; Bervian, 1996), observando os preceitos de entrevistas semiestruturadas na produção de dados. Este capítulo se refere aos caminhos metodológicos utilizados e apresenta o percurso desenvolvido para responder às problematizações suscitadas pelas entrevistas com as mais velhas do Quilombo Coxilha Negra. Para isso, buscamos compreender as suas trajetórias de vida em relação aos contextos educativos que elas vivenciaram. O respeito pelas crenças ancestrais é um dos princípios éticos que um pesquisador deve seguir ao adentrar em um território quilombola, de povos tradicionais ou qualquer outro espaço que se pretende pesquisar. A esse respeito, Smith (2018) reflete:

[a]lgumas metodologias consideram que os valores, as crenças, as práticas e os costumes das comunidades são obstáculos para a pesquisa, ou são costumes exóticos com os quais o pesquisador deve estar familiarizado, para que possa realizar seu trabalho, sem correr o risco de causar ofensa (Smith, 2018, p. 28).

Portanto, o respeito pelas crenças e metodologias nas comunidades quilombolas é um pilar essencial para a preservação da cultura, da memória coletiva e da identidade negra quilombola. O respeito a essas pluralidades permite compreender as várias formas de vivenciar outras epistemologias. Por se tratar de uma pesquisa que mobiliza a percepção das mulheres mais velhas do quilombo sobre a formação docente das mais novas, foi necessário o emprego da abordagem de pesquisa qualitativa que é compreendido por Minayo como um método em que

[o] verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que elas estão (Minayo, 2011, p. 623).

Sendo assim, foram feitas entrevistas com quatro mulheres mais velhas, com o fim de analisar a forma como elas percebem, enquanto sujeitas quilombolas, o acesso das mais novas ao Ensino Superior e a formação dessas jovens como

professoras. Todavia, para Minayo (2011), na pesquisa qualitativa, o estudo da experiência humana deve ser feito entendendo que as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos. Os que defendem essa postura criticam o posicionamento positivista, já que, para eles, fica a dúvida sobre até que ponto uma abordagem que não se preocupa com os sentidos do seu objeto, como as crenças que envolve, religião e cultura possa ser considerada conhecimento científico. Portanto,

[o] Brasil, em decorrência dos projetos de ações afirmativas em curso nas universidades públicas do país desde o início desse milênio, depara possibilidade de incorporar a experiência negra e indígena não apenas na formulação de conhecimento, mas também na busca de soluções para os problemas que enfrentamos. A partir deste *locus* epistêmico, podemos construir um pensamento decolonial em âmbito nacional, assim como podemos construir um diálogo intercultural com outros sujeitos que vivenciam processos de subordinação no sul global (Costa; Grosfoguel, 2016, sp. 22).

Para se construir um pensamento decolonial a partir das experiências afro-brasileiras é preciso desafiar as narrativas dominantes que, historicamente, marginalizaram as vozes e as culturas diaspóricas. Para que se faça uma avaliação crítica do legado do colonialismo, precisa-se também fazer um reconhecimento crítico do valor intrínseco das epistemologias africanas que foram desautorizadas. Ao se valorizar essas experiências, o pensamento decolonial se torna uma ferramenta poderosa para manter viva a ancestralidade e a resiliência diante de adversidades.

A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação ou melhor exploração do colonizado pelo colono foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões [...] (Fanon, 1968, p. 26).

A decolonialidade, segundo Maldonado-Torres (2008), se desenvolve enquanto um movimento que busca romper com os padrões de dominação e de exploração entre raça e capitalismo. Na colonialidade, as diferenças somente são reconhecidas quando as pessoas, aos olhos dos dominadores, estão domesticadas pelo capitalismo e pelos ideais liberais, assumindo, assim, uma posição de servidão passiva. Do contrário, Maldonado-Torres (2008) discute a reconstrução identitária e a diferença colonial, o qual a decolonialidade olha para cultura e para a necessidade de

questionar e subverter os saberes e práticas originados do colonialismo, valorizando os conhecimentos deixados à margem pelas narrativas dominantes. O pensamento decolonial não se limita à crítica dessas heranças, uma vez que também engloba a valorização e o resgate de formas de saberes e de existências que o colonialismo tentou apagar. Essa ruptura, embora frequentemente marcada por violência, trabalha a favor de promover a emancipação epistemológica.

### 1.1 DESCRIÇÃO DAS SUJEITAS DE PESQUISA

As mulheres que caminham comigo<sup>1</sup> na comunidade e, agora, no processo de pesquisa, na condição de sujeitas com uma vasta sabedoria ancestral, quando falam com coração de suas vivências, falam das dores que passaram, e, de mesmo modo, falam das felicidades que carregam. Sou uma pesquisadora privilegiada pela oportunidade de escutar essas quatro mulheres negras quilombolas mais velhas.

A primeira sujeita da pesquisa é **Dona Maria Lídia Ferreira**, que reside na Boa Vista e sempre foi muito ativa na comunidade – não era necessário chamá-la duas vezes para participar das reuniões e encontros que aconteciam na Comunidade. Viúva e mãe de dois filhos, hoje não reside no Quilombo devido a problemas de saúde. Dona Maria Lídia Ferreira contou e revisitou sua infância, trabalho, escola, adolescência, momentos com seu falecido marido, filhos na escola e como ela entendia o quilombo, bem como rememorou o sonho de ter sua casa própria. Dona Maria Lídia Ferreira ensinou como devemos tratar as pessoas que vão à nossa casa – ao final da entrevista, levantou-se e agradeceu. Eu que estava imensamente agradecida pelo tempo que ela me dedicou, mas ela disse que se sentia agradecida por ao menos uma da raça ter vindo vê-la e conversar. Conduzindo-nos até o portão da casa com suas bengalas de apoio, continuou falando que havia gostado muito da visita.

Para a pesquisa, ter esses conhecimentos compartilhados é de extrema relevância – o que também é uma postura política dessas sujeitas, colocando as suas vozes como uma troca com as gerações subsequentes. Queria muito que ela fosse voz na minha pesquisa pela sua história na comunidade e por ser uma das mais

---

<sup>1</sup> A partir deste excerto da dissertação, abandonaremos, processualmente, em diversos pontos, a impessoalidade, típica da “escrita acadêmica”, e passaremos a contemplar as primeiras pessoas (eu/nós) como sujeitos gramaticais; desse modo, na dimensão do estilo, marcamos as diversas vozes que tornaram a pesquisa viável.

velhas. Foi quando entrei em contato com seu filho, Carlos, para pedir o contato de seu outro filho, a fim de pedir a permissão de poder entrevistá-la e de eles me receberem em Carlos Barbosa, já que eu iria até ela se assim ele aceitasse e, principalmente, se ela concordasse em fazer a entrevista.

Então, veio uma surpresa na conversa. Ao perguntar como estava Dona Maria Lídia Ferreira e se ele entrava em contato com seu outro irmão para poder ir até eles, ele respondeu por mensagem: “a mãe está bem, está aqui comigo em Pelotas, passando uns dias”. Quase chorei dentro do ônibus, era bom demais. Então compartilhei com ele o objetivo da pesquisa e o que pretendia com a entrevista, com o intuito de que ele consultasse sua mãe sobre o aceite para ser entrevistada.

Tudo deu certo. Perguntei na segunda, e na terça à tarde (dia 12 de março) Dona Maria Lídia Ferreira estava esperando, sentada, na casa de sua nora, Vanessa. Eu e minha orientadora, profa. Georgina, fomos recebidas por ela. Chegamos, apresentamo-nos, contei da minha proposta no projeto e o porquê de a ter escolhido e, assim, iniciou-se a entrevista semiestruturada com um pequeno roteiro. Iniciamos a conversa e a deixamos à vontade para que contasse suas memórias, sem interrupções – a nossa tarefa era escutar e aprender com aqueles ensinamentos que deixam marcas na memória, fazer um registro respeitoso de sua história.

A segunda mulher da pesquisa foi **Dona Maria Catarina Ribeiro Santana**. A entrevista foi combinada com a filha, professora Vanda Ribeiro Santana, na casa dela na cidade de São Lourenço Do Sul/RS, bairro Sete de Setembro, onde reside com a filha. No dia da entrevista, ela estava nos esperando na sala da casa junto com a filha e a neta, sentadinha na cadeira de rodas. Nesse entremeio, chegamos eu, a professora Georgina, minha orientadora, e o Sr. Ademir, um amigo, conhecedor das estradas da zona rural que nos conduziu às casas das entrevistadas.

Chegando lá, sentamo-nos e falei do que se tratava a pesquisa, pedi permissão para a gravação e em seguida começamos a entrevista. Dona Maria Catarina tem 93 anos; então, a sua filha respondia quando ela não recordava de algo para complementar. Foi uma tarde intensa, de perguntas que fizeram tia Catarina, como gosto de chamar, rememorar sua trajetória de vida tão rica.

Sua filha, gentilmente, serviu-nos um suco de uva muito gostoso; sua mãe, muito sábia e prestando atenção em tudo, observou que sua filha havia alcançado o copo de suco a ela, e não ao Sr. Ademir, que estava ao seu lado. Em seguida, profa.

Vania Ribeiro Santana foi buscar outro copo para o Sr. Ademir. Quando voltou, sua mãe já havia passado o próprio suco a ele, mostrando muita educação e generosidade, dizendo que “primeiro a gente serve as visitas”; é uma das tradições quilombolas que vão sendo esquecidas, como beijar as mãos dos mais velhos quando chegam a nossa casa, forma de respeito que era costumeira antigamente na vida familiar.

Fizemos um brinde e seguimos a entrevista com um ambiente respeitoso. Ao todo, o diálogo durou, aproximadamente, 20:00 minutos, para que tia Catarina não se cansasse. Ao final, nos despedimos da professora Vanda, que mostrou as flores que enfeitavam seu jardim, umas conhecidas como plantas de proteção: como espada de São Jorge e Dinheirinho, entre mudas de batata doce, pés de milho, videiras, chuchus e outras plantas.

Queria muito que Dona Maria Catarina Ribeiro Santana fizesse parte da pesquisa por se tratar da mãe da primeira professora negra do quilombo, quando o Coxilha Negra ainda não era certificado. Na infância, ela e outras mulheres levavam à sua casa gordura de porco para que produzisse sabão, um produto caro na época. Meu contato foi com sua filha, por quem tenho uma grande admiração, professora Vanda. Quando falei de minha pesquisa e que gostaria muito de conversar com tia Catarina, disse-me que conversaria com ela, questionaria se concordava em conceder entrevista e perguntaria se lembrava de mim.

Passados uns dias, a profa. Vanda retornou, dizendo que poderia ir à casa dela a partir de um horário marcado, e assim seguiu. Nesse aspecto, cito Sacramento (2019, p. 35), quando salienta que, “[...] no processo, tudo foi determinado pelos horários das marés, pelas fases da lua e pela direção e força dos ventos, pelas águas de fevereiro e março que algumas vezes limitaram as atividades, e que outras vezes destravaram o processo”. Como a autora menciona, os procedimentos de pesquisa foram determinados respeitando os desejos e o cotidiano da sujeita da pesquisa.

Então, na sexta-feira, 15 de março, após as 16h, encaminhamo-nos para a casa de Dona Catarina. Fomos recepcionados por sua filha, a neta Joana e encontramos Dona Catarina sentada em sua cadeira. Considerando sua idade, ela conversava com a voz um pouco baixa, às vezes se atrapalhava com algum detalhe, que a filha ajudava a costurar. No processo de recordar as memórias, naquela tarde, ela contou, encantou. Falou, com leveza, de suas memórias de infância, de sua passagem pela escola, das brincadeiras de que mais gostava, dos Bailes de Ramada,

dos filhos na escola e de outros assuntos. Sua filha, a pedidos de Dona Catarina, com a delicadeza e gentileza de quem estava recepcionando visitas em sua casa, ofereceu-nos um suco maravilhoso de uva branca.

A terceira mulher da pesquisa é a **Dona Deleci Nogueira Soares**, com 75 anos, mãe de seis filhas e um filho, responsável pelas tarefas domésticas e pela educação de sua prole. Ela é mãe da primeira mestranda do Quilombo Coxilha Negra São Lourenço/RS, na área da Educação, e está incentivando os estudos da sua filha mais nova, que está concluindo o curso de Licenciatura em Educação do Campo. Dona Deleci Nogueira Soares é uma pessoa muito amorosa, cuidadosa e desenrolada. Como ela mesma disse: ninguém a passa para trás. Como observamos em seus relatos, abordados nas seções posteriores, mostrou suas plantas de proteção ao redor da casa, trazendo esses saberes ancestrais consigo.

Como referido, Dona Deleci é mãe da primeira quilombola da Coxilha Negra a receber o título de mestra (em Educação), Juliana Nogueira Soares. O contato para a entrevista se deu a partir de Juliana, à qual apresentei o meu tema de pesquisa e expus o grande desejo de que sua mãe fosse uma das sujeitas entrevistadas. Ela falou que entraria em contato com a mãe e, a seguir, falou que poderíamos proceder a entrevista. Sendo assim, o horário foi marcado e combinado.

Seguimos em direção ao interior no dia 12 de março. A sua filha, Eliziane Nogueira Soares, que mora na cidade, combinou que iria na frente, de carro, e nós a seguiríamos. Chegamos na sua casa ao anoitecer, onde todos nos esperavam: além de Dona Deleci e de Eliziane, estavam sua filha, Janete, seus netos, seu filho e seu irmão, que mora com eles. Todos foram ao nosso encontro no carro. Entramos na casa, cumprimentamos, apresentamos a proposta da pesquisa e nos direcionamos a um lugar mais reservado, na área da sua varanda. Dona Deleci conversou sobre sua infância, sua adolescência, sua vida na roça, de como trabalhava, de como aprendeu a ler e a escrever, que ensinava os filhos, “que tudo vai da cabeça eles aprenderem ou não” e que poderia “ter sido uma professora” (Dona Deleci Nogueira Soares, março/2024) – quando questionado o que ela teria sido se tivesse prosseguido com os estudos formais. Dona Deleci Nogueira Soares nos deu aula sobre os conhecimentos e saberes que carrega consigo. Frente a isso,

[V]ale destacar que narrar as experiências de mulheres quilombolas faz parte de uma escolha política, cuja motivação é tornar visíveis, simultaneamente,

os dispositivos racistas e sexistas que colocam seus corpos, saberes e territórios sob riscos constantes, bem como os agenciamentos que, no cruzamento entre a ética e a política, rasa (Almeida; Souza, 2013, p. 36).

As vivências particulares das mulheres quilombolas são ricas fontes de aprendizado e empoderamento dentro das comunidades – cada desafio, cada conflito superado, cada luta são fontes imprescindíveis que servem à autonomia individual e coletiva dos quilombos.

A quarta mulher desta pesquisa é a **Dona Maria Celuta Santana**, residente na Comunidade, que possui Ensino Fundamental incompleto. Ela trabalhou na roça e cuidou de sua mãe idosa. Após o falecimento da mãe, mudou-se para a cidade, onde trabalhou como cuidadora e babá para garantir uma renda mensal. Ao se aposentar, retornou à comunidade quilombola, construiu sua casa no Programa Habitação Quilombola, abarcado pelo Programa Minha Casa Minha Vida<sup>2</sup>. Ela relata ter renovado suas esperanças ao ter uma casa nova no Quilombo, lugar em que se criou, agora com acesso à energia elétrica; teve ânimo e retomou suas atividades na roça, cultivando alimentos para o sustento diário.

Mesmo tendo pouco tempo de escolarização formal, Dona Maria Celuta Santana, com 76 anos, incentivou sua filha a ingressar na universidade, sendo, hoje, mãe de uma das professoras formadas pelo Curso Educação do Campo. Meu contato para fazer essa conversa foi realizado através de sua filha, Ornezina Sant'Anna (Neneca, como é conhecida), a fim de compilar em minha pesquisa as experiências dessas mulheres em forma de relatos, experiências, gestos – uma forma de fazer com que essas mulheres sejam conhecidas, sirvam de exemplo de luta, fé e resiliência de seus corpos e que possam nos instigar a lutar por uma política ética e antirracista.

Partimos para a casa de Dona Maria Celuta. Conforme combinado com sua filha, o encontro seria realizado no sábado pela manhã, já que a filha gostaria de estar junto, pois trabalha na cidade e precisaria de tempo para deslocar até o Quilombo Coxilha Negra. Dona Maria Celuta Sant'Anna estava em sua casa; junto, estavam sua irmã, Divina, e a Neneca. Novamente, falei sobre o que se tratava a pesquisa. A

---

<sup>2</sup> “O Programa Minha Casa, Minha Vida Faixa I conta com recursos do Governo Federal para produção de unidades habitacionais subsidiadas para a aquisição da moradia por famílias enquadradas na faixa I do programa. Unidades habitacionais subsidiadas famílias com renda mensal bruta até R\$ 2.640,00, no caso de moradias urbanas, e famílias com renda anual bruta até R\$ 31.680,00, no caso de moradias rurais” (Caixa, 2024, s.p.).

acolhida foi muito afetiva: além de ser uma das mais velhas da comunidade, ela é minha madrinha de Crisma; tenho muito carinho por ela.

Em seguida à apresentação, Dona Maria Celuta Sant'Anna contou sobre sua infância, como brincava, do que gostava de brincar, ou seja, “[...] de fazer bonecos e animais de batata, e depois vestia. A mãe dizia ‘onde já se viu a boneca ficar sem roupa?’ (Dona Maria Celuta, março/2024). Após contar sobre suas brincadeiras, falou da vida sofrida na escola e que só frequentou a instituição até o segundo ano. Com 8 anos, ingressou na Escola José de Alencar, que tinha aproximadamente 40 alunos/as; desistiu dos estudos formais pois apanhava muito da professora. Relatou que aprendeu a ler e escrever sozinha, depois que saiu da escola, pois não tinha mais medo de apanhar.

Essas mulheres representam algumas das subjetividades envolvidas na pesquisa, todas carregando consigo saberes ancestrais. Essa diversidade implica um profundo respeito pela rica herança cultural e pelo papel crucial dessas mulheres mais velhas na transmissão de conhecimentos para a formação das futuras professoras.

## 1.2 SOBRE O QUILOMBO COXILHA NEGRA

Começo este capítulo dialogando a respeito do Quilombo Coxilha Negra. Trago as características da Comunidade a partir da vivência neste espaço que; nele nasci e me criei, nele me conheci por gente. Não trarei citações teóricas nesta seção pois falarei através da realidade.

O Quilombo Coxilha Negra fica a 25km do centro da cidade de São Lourenço do Sul, que tem aproximadamente 41.989 habitantes. A Comunidade não é um quilombo em que as casas ficam próximas umas das outras, a Coxilha Negra se constitui com moradores que ficam há cerca de 3 até 10km de distância uns dos outros; alguns ficam mais próximos porque pertencem à mesma família e compartilham um pátio, mas em casas separadas.

A Comunidade tem cerca de 100 pessoas adultas, além das crianças e dos idosos. Nela, vivem 45 famílias, aproximadamente. A maioria dos homens residentes trabalha em serviços braçais – na roça, como pedreiros, alambradores, tosquiadores de ovelha, servidores da prefeitura; os com mais idade têm pouco estudo, os mais novos há pouco tempo ingressaram no Ensino Superior – ainda, em 2024, nenhum

se formou. As mulheres entrevistadas também não fugiram muito desse cenário, trabalhando também em serviços mais pesados – como diaristas e faxineiras, servidoras da prefeitura etc.

Um fato se destaca, nesse aspecto: enquanto há três mulheres quilombolas graduadas e com mestrado, nenhum homem logrou o mesmo caminho. Esse é um fato muito importante, porque essas mulheres conseguem ser sujeitas que trabalham, mas também encontraram uma brecha de esperança para buscar formação acadêmica e, posteriormente, ajudar nos problemas que envolvem a Comunidade. Por exemplo: como era o problema de estar com os afazeres laborais em dia, para, a partir de então, concorrer a editais.

Outro exemplo é o repasse financeiro da prefeitura para as cinco comunidades quilombolas do município. É um recurso de Estratégia da família Quilombola, uma política pública a nível estadual, implementada em 2013. A iniciativa destina um valor mensal àqueles municípios que têm uma unidade básica de saúde dentro dos territórios quilombolas. Trata-se de uma medida que permitindo às comunidades decidir o destino da verba, sempre com o propósito da saúde quilombola. Em São Lourenço, os valores foram designados para a compra de cestas básicas; não cumpriram o propósito inicial, em que poderiam ser utilizados para contratar um agente de saúde, uma enfermeira específica ou até mesmo para investir no saneamento básico do território.

O cenário é modificado com a Pandemia de Covid-19, quando o Governo Estadual publicou um decreto autorizando que esse recurso pudesse ser utilizado para compra de cestas básicas e produtos de higiene, álcool gel e sabão, dentre outros materiais de higiene. Passados dois anos, o recurso recebe outra designação, sendo chamado PIAPS (Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde; Rio Grande do Sul, 2024).

As ações foram implementadas após as lideranças da Comunidade se reunirem com o setor administrativo da Prefeitura, que tomou as providências necessárias para garantir que os direitos dos quilombolas de São Lourenço do Sul/RS fossem atendidos. Por meio de diálogos e da conscientização sobre o direito à saúde, conforme o PIAPS, foram coletadas informações adicionais para fundamentar a reivindicação junto à administração municipal. Essas iniciativas proporcionar que os benefícios sociais à comunidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das

famílias e da coletividade, reconhecendo que o acesso ao conhecimento é essencial para viabilizar a implementação de projetos em colaboração com as autoridades competentes.

### 1.3 ALGUMAS DIMENSÕES METODOLÓGICAS E DIÁLOGO COM E A PARTIR DE PESQUISADORAS QUILOMBOLAS

Compreendemos que a atividade central da metodologia científica é a pesquisa, vista como um processo de ação que tem por objetivo analisar de forma sucinta um determinado objeto ou fenômeno. Nessa perspectiva, para que possamos entender um determinado fenômeno ou objeto, é de suma importância interpretá-los à luz de um aporte teórico. Dessa forma, o entendimento de certo objeto de estudo se baseia em uma dada fundamentação teórica que está inserida no campo de estudo, servindo como alicerce conceitual para a análise interpretativa dos resultados que os/as pesquisadores/as pretendem alcançar (Chehuen Neto, 2012).

Nesta investigação, conforme objetivo exposto em nossas palavras introdutórias, pretendemos investigar os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra e suas contribuições para a formação docente das mais novas no Ensino Superior. Para alcançá-lo, o procedimento adotado em nossa pesquisa de dissertação é o Estudo de Caso. Compreendemos como procedimentos “as etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita de explicação geral dos fenômenos e menos abstratos” (Lakatos e Marconi, 1991, p. 81). Exemplos destes elementos metodológicos seriam: método histórico, estudo de caso, pesquisa-ação etc.

Segundo Yin (2015), o conhecimento adquirido pelo Estudo de Caso se caracteriza de forma distinta em comparação a outros tipos de pesquisa. Sua característica é a de oferecer conhecimentos mais concretos e uma contextualização mais completa, ou seja, está intimamente direcionado à realidade específica do caso estudado. Dessa forma, o Estudo de Caso está intimamente voltado para a interpretação do leitor. Assim, pretendemos com a visita de campo ao Quilombo Coxilha Negra entrevistar nossas mais velhas, para que possamos compreender de maneira concreta como se dá a percepção das mulheres mais velhas sobre as mais novas que estão inseridas no Ensino Superior.

O trabalho, a coletividade, o território e as memórias são uma forma de resistir às práticas culturais transmitidas por gerações. A preservação dessas memórias é uma forma de resistir às opressões externas e manter viva a herança cultural. Porém, é importante ressaltar que as mulheres quilombolas, muitas vezes, enfrentam desafios e desigualdades de gênero em suas comunidades, sendo necessário reconhecer e valorizar o seu trabalho, suas contribuições e suas lideranças. Para Sousa, Lima e Sousa (2020), as mulheres quilombolas trabalham na manutenção das comunidades quilombolas tanto no trabalho com a terra, como agricultoras, quanto no cuidado coletivo da comunidade. Entre outras subjetividades dessas mulheres,

[f]alamos de mulheres que, em seus quilombos, travam batalhas contra opressões específicas: a sobrecarga do trabalho para o sustento, do trabalho da terra e do cuidado do lar e da coletividade; o engajamento na luta do território e pela sobrevivência; o enfrentamento da violência de gênero, doméstica e dos conflitos territoriais. São mulheres que sempre trabalham no campo e em outras agilidades para garantir seu sustento e o da família. Mulheres que cuidam dos afazeres do lar e no entanto, mesmo de forma indireta, não deixam de ser lideranças e trabalhar pela proteção da comunidade, agindo pela defesa e promoção de outras mulheres-ações que as caracterizariam como feministas, um termo, aliás, para muitas das comunidade (Sousa; Lima; Souza, 2020, p. 90).

Sendo assim, a memóriavivência prioriza a memória individual e coletiva, dando valor às vivências pessoais e culturais como fonte de aprendizado e de transformação. A escutavivência valoriza a importância de escutar de forma atenta as histórias e vivências das pessoas, ressaltando a empatia, a compreensão e respeito mútuo. Assim,

[a]s escutavivências ou “memóriavivências” buscam, a partir da escuta, trazer para o presente, memórias que estão adormecidas ou foram silenciadas, mas fazem parte da história daquele contexto. Dessa forma, esse encontro no presente torna vivo aquele momento passado. Por isso, quem narra faz parte da mesma cena e ação. Portanto, escutar vivência é a escuta de algo vivido no cotidiano de um grupo por meio das memórias permanentes (Silva, 2022, p. 180).

Neste sentido, inspirado em Silva (2022), este trabalho com as mulheres quilombolas compartilha suas experiências e conhecimentos, promovendo a solidariedade e o fortalecimento mútuo. hooks nos faz refletir acerca das epistemologias existentes e da importância de estudar grupos diferentes:

[c]om certeza é relevante e necessário para as pessoas de qualquer grupo étnico/racial realizar um importante papel na criação e discernimento de material sobre suas experiências particulares. É importante para nós trabalhar para aprender mais um sobre o outro, e tal aprendizagem é frequentemente melhor expressa em trabalhos e estudos concentrados sobre outro grupo (2019, p. 106).

Portanto ao valorizar e respeitar as particularidades das vivências e saberes existentes entre as mulheres quilombolas, podemos fortalecer não apenas a posição das mulheres dentro dos seus territórios, mas também a subjetividade de cada uma, e a identidade cultural dos quilombos como um todo.

Ter o compartilhamento de conhecimentos como um princípio da reciprocidade é adotar outra postura política, sem perder o rigor e a criticidade das/nas pesquisas científicas. Seria uma troca efetiva entre o interno ao grupo e o externo: eu te conto como faz e você me conta como escreve o como faz (Silva, 2022, p. 148).

As alternativas políticas promovidas pelas mulheres quilombolas, fundamentadas em um conhecimento não formal e na interseccionalidade, desafiam as estruturas de poderes racistas, promovendo transformações e reconhecimento de suas práticas culturais. Bhabha nos ajuda a entender que,

[a]pesar das alternativas políticas mais radicais da direita e da esquerda, a visão popular e consensual do lugar do indivíduo em relação ao social é ainda substancialmente pensada e vivida em termos éticos moldados por crenças liberais. O que à atenção à retórica e à escrita revela é a ambivalência discursiva que torna “o político” possível. A partir dessa perspectiva, a problemática do juízo político não pode ser representada como um problema epistemológico de aparência e realidade, de teoria e prática ou de palavra e de coisa (2013, p. 55).

Ao reivindicarem espaços de diálogo, representação e tomada de decisão, essas mulheres fortalecem a luta por reconhecimento, autonomia e dignidade, inspirando novas gerações, numa perspectiva política e ética. Nos territórios quilombolas, onde a educação não formal desempenha um papel importante para a manutenção e valorização da cultura ancestral, desde os mais velhos aos mais jovens e crianças, garantindo o futuro desses espaços tão criminalizados. O conhecimento através da escrita foi uma das práticas educativas negadas aos quilombolas, desde a época da colonização. Os territórios tiveram que manter seus aprendizados, suas práticas culturais ancestrais e suas religiosidades por meio da educação não formal.

Smith (2018) nos diz que, através da escrita e do letramento, ocorrem rupturas de conhecimento. Em sua argumentação,

[a] escrita ou letramento, em um sentido muito tradicional tem sido usado para determinar as rupturas entre o passado, o início e o presente, o início da história e o desenvolvimento da teoria. A escrita é considerada a marca de uma civilização superior, e é com base nesse conceito que outras sociedades têm sido julgadas como incapazes de pensar crítica e objetivamente, ou como distanciadas das ideias e das emoções (Smith, 2018, p. 28).

As comunidades se conectam com suas histórias através das memórias cotidianas e passadas. A ética na pesquisa é um tema fundamental na busca por justiça, respeito e autonomia para essas comunidades, que ao longo dos anos, e ainda hoje, têm sido marginalizadas. Respeitar os princípios éticos ao realizar pesquisas nesses contextos é essencial para garantir a proteção dos direitos humanos e a preservação da cultura local. Quando se realiza uma pesquisa em comunidades quilombolas ou similares, é indispensável estabelecer uma relação de confiança e de colaboração com os sujeitos que nelas habitam. Isso implica enfatizar a importância do consentimento livre, prévio e informado, esclarecendo o propósito da pesquisa, seus potenciais benefícios e riscos. Os participantes devem estar plenamente informados sobre como os dados serão utilizados, garantindo sua privacidade e confidencialidade. É crucial que, ao longo da pesquisa, as resoluções tomadas consigam proteger efetivamente os participantes, seguindo os princípios do termo de consentimento livre e esclarecido que apresentamos anexo a esta dissertação (Apêndice 2).

Trata-se de um procedimento ético indispensável, solicitado pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP). A Resolução no 196/96 (Brasil 1996) definiu os preceitos, metas e orientações que guiam a formação e funcionamento do Sistema CEP/Conep, atualmente considerado o mais abrangente sistema de controle ético em pesquisas na América Latina. Este sistema congrega milhares de pesquisadores e várias instituições em todo o território brasileiro. Devido à sua complexidade, é imprescindível que ele se ajuste continuamente à variedade de contextos e participantes nas pesquisas que envolvem seres humanos, demandando ajustes e mudanças contínuas.

Portanto, ao final da pesquisa, é crucial compartilhar os resultados com a comunidade de forma compreensível. Isso requer uma abordagem que vai além da

publicação acadêmica, ao usar uma linguagem inclusiva para garantir que as informações cheguem efetivamente aos sujeitos das comunidades. A ética de se fazer pesquisa em territórios tradicionais requer uma abordagem que enfatize o respeito, a valorização da cultura, a inclusão e a participação dos indivíduos, tendo uma sensibilidade de ouvir o que eles têm a dizer. Somente assim poderemos garantir que as pesquisas sejam realizadas de forma justa, responsável e que contribuam para as conquistas das comunidades quilombolas.

### **1.3.1 Estado do conhecimento**

Para definirmos o delineamento do presente estado do conhecimento, realizamos o recorte temporal de um período de 10 anos (2012-2022), visto que a partir de 2012 se instituiu no Brasil a Lei de Cotas, o que gerou mais acesso da população negra às universidades e, logo, maior número de pesquisas relacionadas ao tema que permeia nossa pesquisa foram publicadas.

Por estado de conhecimento se entende o conjunto de informações, teorias, práticas e resultados científicos que já foram estabelecidos em uma determinada área de conhecimento. Em suma, consiste no levantamento e na avaliação do que se sabe até o momento sobre determinado tema específico, as principais pesquisas, debates, metodologias e inovações.

Dessa Maneira, a partir dessa delimitação, ser-nos-ia possível abranger um bom número de trabalhos, em virtude do avanço das políticas de cunho étnico-racial e quilombola. Para buscarmos dissertações e teses próximas à nossa temática, fizemos um levantamento bibliográfico no Banco de Teses da CAPES, listando as seguintes palavras-chave/descriptores: *mulheres quilombolas*; *educação formal e informal* e *Ensino Superior*. Para nossa surpresa, o resultado foi diferente do esperado: chegamos ao número de, apenas, cinco trabalhos, sendo quatro dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, defendidas entre os anos de 2019 e 2022. Dentre eles, dois dialogam diretamente com o tema de pesquisa. Os referidos trabalhos foram compilados no quadro a seguir.

**Quadro 1 – Pesquisas sobre mulheres quilombolas no Ensino Superior**

Região	Título	Autoria	Instituição
Norte	Feminismo Negro: Desigualdade Gênero, Raça Classe nas Discursividades de Mulheres Negras e Quilombolas Campus de Bragança	Simões, Adriana (2022)	Universidade Federal do Pará
Nordeste	Mobilidade Social Dentro da Comunidade Quilombola de Castainho	Lima, Orlando (2021)	Universidade Federal de Minas Gerais
Norte	Análise da Segurança Alimentar e Fatores Associados Comunidade Remanescente Quilombola Cocalinho/TO	Braga, Katiane Pereira (2019)	Universidade Federal de Tocantins
Sudeste	Mulheres camponesas: construindo Resistências Através do Programa Nacional Educação na Reforma Agrária	Valadão, Franciele Aparecida (2020)	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho
Sudeste	<i>Aqui é tudo uma família só: maternidade e práticas culturais de um grupo de mulheres comunidade quilombola no Alto Jequitinhonha</i>	Silva, Paula Cristina (2020)	Universidade Federal de Minas Gerais

Fonte: elaboração própria

A primeira dissertação, intitulada *Feminismo Negro: Desigualdade de Gênero, Raça e Classe nas Discursividades de Mulheres Negras e Quilombolas do Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará*, da autora Adriana Souza Simões (2022), contempla as seguintes palavras-chave: *Feminismo negro; Mulheres negras e quilombolas; Desigualdades de raça; gênero e classe social*. Nesta dissertação, a pesquisadora aborda o feminismo negro como uma das ferramentas políticas para enfrentar o racismo e a desigualdade social dentro da universidade.

O problema abordado pela pesquisa abrange os modos como o feminismo negro emerge como uma ferramenta política essencial para enfrentar as desigualdades de gênero, raça e classe, impulsionando a emancipação social no ambiente universitário, conforme discutido por Simões (2022). Ao incorporar uma perspectiva marxista, a autora busca ilustrar como o trabalho pode ser um meio de emancipação social, evidenciando as contradições presentes na Universidade e nas

lutas de classes. A pesquisa destaca que o feminismo negro, nas vozes das mulheres negras e quilombolas universitárias, fortalece sua resistência e luta dentro do Campus Universitário de Bragança, possibilitando uma maior organização social, política e cultural entre as comunidades quilombolas nesse espaço.

A segunda dissertação, com o título *Mobilidade Social Dentro da Comunidade Quilombola de Castainho: estudo de caso a partir da formação na Educação Superior*, do autor Orlando Ferro de Lima (2021), sustenta as seguintes palavras-chave: *Mobilidade social; Ensino Superior; Mulheres quilombolas*. O autor procurou entender em sua pesquisa como se dá a mobilidade social a partir da educação em seu quilombo; para isso, mobilizou dados sobre as egressas do Ensino Superior de Castainho. O propósito central do estudo foi explorar o papel da Educação Superior na promoção da mobilidade social dentro da Comunidade Quilombola Castainho, de modo a compreender os motivos que impulsionaram os membros dessa comunidade negra a buscar na educação meios de ascensão social. Para isso, o autor (2021) analisa as jornadas de suas sujeitas de pesquisa, desafios enfrentados por elas e, por fim, as formas de resistência e realizações, tanto dentro, quanto fora do âmbito comunitário.

A terceira dissertação, autori de Katiane Pereira Braga (2019), cujo título é *Análise da Segurança Alimentar e Fatores Associados na Comunidade Remanescente Quilombola Cocalinho – TO*, visa compreender a segurança alimentar e nutricional da Comunidade em estudo. Arelada às teorias de desenvolvimento das populações, o estudo permite reconhecer os mecanismos determinantes da qualidade de vida das populações vulneráveis e assegurar ferramentas à luta pelo bem-estar social. Segundo a autora (2019), de forma ampla, esta compreensão pode colaborar para a transformação das realidades onde estas populações estão inseridas. Em suas palavras, Braga (2019) assevera que o trabalho teve como objetivo elucidar as condições de (in) segurança alimentar e fatores associados a ela em uma comunidade remanescente de quilombo, a comunidade de Cocalinho, em Santa Fé Araguaia/TO. A investigação pauta-se nas palavras-chave: *Nutrição; Soberania Alimentar; Transição Alimentar*.

A quarta dissertação enverga o título *Mulheres Camponesas: Construindo Resistências do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária*, da autora Franciele Aparecida Valadão (2020), e suas as palavras-chave são: *Educação do*

*Campo; Pronera; Feminismo Geografia; Camponesa*. A dissertação questiona se a educação do campo, no âmbito do programa PRONERA, serve como uma forma de resistência contra a cultura machista no meio camponês. O estudo se justifica a partir da consideração de que persistente a exclusão das mulheres camponesas devido à cultura patriarcal arraigada no ambiente rural. Conforme Valadão (2020), o estudo realiza um levantamento sobre a origem e a jornada das mulheres em cursos superiores de Geografia, observando como essa inserção acadêmica influenciou as relações familiares, de trabalho e sociais, promovendo a emancipação das mulheres e contribuindo para uma formação pedagógica voltada para a realidade rural.

Por fim, temos a única tese de doutorado encontrada no banco da CAPES, cujo título é *Aqui é tudo uma família só: maternidade e práticas culturais de um grupo de mulheres em uma comunidade quilombola no Alto Jequitinhonha*, da autora Paula Cristina Silva (2020). O trabalho é construído ao redor das palavras-chave: *Maternidade; Quilombos; Educação*. Nessa pesquisa, a autora (2020) investigou o conceito de maternidade em uma comunidade quilombola no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. Conforme a pesquisadora (2020), o estudo buscou compreender as práticas culturais, a vivência da maternidade no quilombo e as atividades desempenhadas pelas mulheres nesse contexto. Além disso, segundo ela (2020), examinou as relações de gênero na comunidade. Durante a pesquisa, percebeu-se que a noção de maternidade está associada ao coletivo na comunidade, indo além da estrutura familiar tradicional e não se limitando apenas aos filhos biológicos (SILVA, 2020). Por fim, a pesquisa (SILVA, 2020) observou o empenho das mulheres em garantir a educação dos filhos, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, e o impacto das políticas públicas nesse acesso à educação ao longo das gerações.

É perceptível que todos os estudos dialogam com minha dissertação, abordando a desigualdade racial e de gênero, assim como a mobilidade das mulheres quilombolas por meio de educação. Poderíamos supor que a dissertação de Valadão (2020) não tivesse relação com a pesquisa aqui desenvolvida, porém, ela existe, uma vez que ambas instigam a refletir sobre a ausência das mulheres negras e quilombolas, revelando a invisibilidade dessas comunidades presentes em grande parte do interior do Brasil. Por fim, a tese de Silva (2020), que explora as práticas culturais no território quilombola, também contribui para pensar o contexto vivenciado dentro e fora desses territórios, incluindo o Quilombo Coxilha Negra, abordando

aspectos como identidade, raça, gênero, território, políticas públicas e educação, de maneira transversal.

## 2 QUILOMBOS E APORTES LEGAIS

Os quilombos são um marco importante na história da resistência negra à privação da liberdade. É em contato com eles, a partir da busca pela compreensão de origens, que se torna possível acessar à ancestralidade e até mesmo estabelecer novas formas de construção de saberes, bem como de luta por acesso e permanência em importantes espaços. A privação de liberdade dos ancestrais, tendo que viver sob o jugo do opressor por muitos anos, fez com que se formassem os quilombos por todo o País. A necessidade de libertar-se foi o instinto da vida, que fez com que reagissem aos castigos e separações a que eram submetidos no período escravocrata.

Em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo, e, conforme já dissemos, onde quer que o trabalho escravo se estratificasse, surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as forças produtivas escravistas, quer pela ação militar, quer pelo rapto de escravos das fazendas, fato que constituía, do ponto de vista econômico, subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial (Moura, 2020, p. 25).

Essa foi uma das formas mais eficazes de resistência contra a hegemonia branca colonial naquela época. A presença de escravizados marcou praticamente todo o território nacional, mas a negação desse processo ainda perdura atualmente por meio dos quilombos no Brasil. Os quilombos eram territórios organizados, alguns grandes, outros pequenos, mas todos organizados ao redor da produção de alimentos pela agricultura, bem como eram estruturados a partir de relações políticas, religiosas e de defesa armada próprias, estando em constante alerta contra possíveis ataques. Um exemplo histórico significativo é o Quilombo de Palmares, que foi o maior quilombo existente no Brasil e resistiu por quase 100 anos.

Os negros do quilombo de Palmares não aspiravam se não a essa liberdade elementar sem a qual a existência humana já não tem sentido. Eles não compreenderam nem podiam compreender que conseguiam consegui-la ultrapassando-a. Era preciso que eles exigissem, não só para a sociedade que haviam edificado, mas também para todos os que, no Brasil, sofriam a sorte a que eles haviam querido escapar criando o quilombo (Péret, 2002, p. 83).

Desde Palmares, até os dias atuais, os quilombos progrediram na forma de resistir. Palmares foi só o começo porque há, por exemplo, a presença de muitas

mulheres como lideranças das comunidades quilombolas que se movimentam na busca do melhor para suas comunidades, delineando maneiras de existir e de se emancipar através da auto-organização, a exemplo da conquista acerca da educação escolar quilombola.

Nesse sentido, é importante destacar o Quilombo Conceição da Crioulas, que é um exemplo notável de comunidade quilombola, demonstrando um compromisso sólido com a educação como um meio para a emancipação de seus membros. Localizado no município de Salgueiro, interior do estado de Pernambuco, Brasil, esse quilombo tem se destacado por suas práticas educacionais, que vão muito além do ensino acadêmico.

A educação nessa comunidade é pautada na valorização da identidade quilombola e no resgate das tradições ancestrais. Os mais velhos, detentores de conhecimento tradicional, desempenham um papel fundamental na transmissão desse saber às gerações mais jovens. A educação é uma luta dos movimentos sociais e não se limita à aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas é um processo que fortalece a autoestima, a coesão social e a autonomia dos membros da comunidade. Lembremos

[...] que na Constituição Federal de 1988 foi incluída a nomenclatura remanescentes de quilombolas sujeitos detentores de direitos e apontando a necessidade de o Estado não apenas reconhecer esses territórios, mas titulá-los definitivamente, o que tem gerado debates intensos até os dias de hoje. Na esteira da Constituição Outros Direitos foram sendo debatidos e assegurados, como saúde, educação, assistência social, desenvolvimento entre outros, constituindo-se, o que podemos chamar de direitos quilombolas, que, devido à discriminação estrutural que impacta historicamente nosso povo, devem ser amparados a partir de medidas eficazes de ações afirmativas (Silva, 2020, p. 53).

Além disso, ao buscar por formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos, como a luta contra o racismo e a desigualdade e a discriminação, através do ensino de sua história e das conquistas alcançadas, os membros da comunidade se empoderam para se envolver em ações que visam à emancipação, não apenas individual, mas também coletiva, sendo uma referência para outras comunidades. A organização da educação quilombola em Conceição das Crioulas inspirou Givânia Maria Silva a escrever livros importantes, na qual podemos citar *Educação e Luta Política no Quilombo de Conceição das Crioulas* (2016), que enfatiza a força política e educacional de Conceição das Crioulas. Como membro da

comunidade, ela capturou as narrativas das mulheres, destacando suas trajetórias de superação e a preservação de suas culturas. Seus livros visam amplificar as vozes e experiências das mulheres quilombolas, promovendo a conscientização e a ação em prol da justiça social e do reconhecimento das identidades quilombolas.

## 2.1 QUILOMBOS NO BRASIL

A formação de grupos de negros resistentes à escravidão se fez por todos os cantos do Brasil, onde se tinha essa condição. Esses negros passaram a se organizar tanto para criar rotas de fuga, como para formular modos de subsistência em sua nova jornada. Os quilombos foram formados, inicialmente, a partir da revolta de homens e mulheres negras que se viam alienados de sua humanidade. Fugir desse estado de prisão, quase morte em vida devida a serviços extenuantes para a condição humana, é o primeiro passo.

O fato de que o Brasil, como nos demais países nos quais o escravismo moderno existiu, a revolta do negro escravo se manifestou. Devemos dizer para se ter ótica acertada nível de resistência. Outras, como assassinatos dos senhores, dos senhores dos capitães do mato, os suicídios, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastraram por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo (Moura, 2020, p. 25)

A formação de quilombos em diferentes locais do País com negros/as escravizados/as corrobora para tamanha diversidade cultural no Brasil, com várias saberes culturais, sociais e políticos, a exemplo do quilombo Kalunga, em Goiás.

Compreender a formação da Comunidade Quilombola Kalunga a partir do encontro entre índios e negros é essencial no sentido de reconhecer que em diversas regiões os quilombos foram compostos por mestiços, índios e brancos. E nesse sentido, podemos afirmar que as comunidades quilombolas foram as primeiras sociedades no Brasil a viverem na diversidade de hoje (Sousa; Santos, 2019, p. 59).

Sousa e Santos (2019), acima mencionados, levam-nos a refletir sobre o significado da diversidade almejada pela sociedade brasileira. Com a formação de diversos quilombos ao longo do País, registros evidenciam uma ampla diversidade cultural, já que todos lutavam pela democracia e pela libertação daqueles que estavam escravizados. Em locais como o Quilombo Kalunga, a luta pela territorialidade se

mantém como uma questão persistente e afirmativa ao longo dos anos. A seguir, Dias (2020) nos traz um panorama dessa busca pela territorialidade.

O processo de afirmação e valorização da identidade Kalunga, na esfera coletiva individual, concedeu-nos o poder, liberdade e autonomia. agora é possível dizer que nos afirmamos como um povo diferente, com construção identitária própria, que está fincada na territorialidade que nos foi negada. Uma territorialidade que nosso povo Kalunga construiu alongados nos na nossa terra, entre morros, num território que se estende às margens do rio Paraná seus afluentes. No território Kalunga as noites claras, são iluminadas pelas estrelas, numa calmaria profunda que só é rompida pela voz das águas rio, que ressoa a cada respirar, a cada canto dos pássaros, a cada passo dos animais no terreiro de casa (Dias, 2020, p. 76).

O que sabemos é que os quilombos Kalunga e Palmares são exemplos de luta e resistência. O Quilombo Kalunga, localizado na região central do Brasil, é um dos maiores territórios quilombolas, conhecido por sua forte preservação cultural, afirmação identitária e tradições. Desse modo, ambas as comunidades são símbolos de consciência social e política para o povo quilombola. Moura registra que

Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina. Durou quase cem anos e, durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata. Paradoxalmente, não temos nenhum documento escrito pelos palmarinos durante sua existência. Certamente Seguiam como outros quilombos, a tradição africana de comunicação oral. Como sabemos, na África a tradição oral é praticamente responsável pela transição da memória coletiva e da consciência social. Evidentemente não há como verificar como Palmares reproduziu, integral ou parcialmente, essa estrutura de comunicação oral africana no seu território, mas será interessante no estudo de sua realidade social, levar em conta que tudo leva a crer, esse código de linguagem conservou-se pelo menos parcialmente (2020, p. 59).

Sendo assim, sempre houve diversidade nas comunidades quilombolas. Agregar o conhecimento à sabedoria e à comunicação oral, vindas destes sujeitos, fará com que a educação seja mais inclusiva, valorizando as especificidades de cada povo, produzindo e valorizando seus saberes, experiências e conhecimentos. Assim, os quilombolas não serão mais, apenas, objetos de estudo, mas protagonistas da produção de conhecimento científico.

As comunidades são espaços desiguais, mas também de transformação, de saberes ancestrais marcados, a exemplo, pela biodiversidade que se faz presente através da utilização de pequenos espaços, mas com grande variedade de plantio de alimentos. Tais saberes são associados à saúde, a formas de morar, de trabalhar, de

festejar, de crer e de celebrar a vida, mesmo perante lutas que exigem um leque de estratégias de diferentes naturezas, na perspectiva de romper com o preconceito, o racismo e as estruturas impostas pela sociedade caracterizada pela valorização da branquitude<sup>3</sup>.

Esse conjunto de saberes incidem sobre formas de reconhecimento sob o ponto de vista das vivências interiores e exteriores ao quilombo através da identidade. Sobretudo, interessa a este trabalho o processo de constituição da identidade negra e a sua complexidade, a qual, de acordo com Gomes (2017), deu-se de forma afirmativa, a partir de expressões artísticas, da construção do conhecimento e em espaços de resistência, como no movimento negro. Conforme Gomes, trata-se de

[u]ma nova identidade da questão racial e da identidade negra, de forma afirmativa, faz-se presente na literatura, na arte e no campo do conhecimento. Os diferentes grupos do Movimento Negro passaram a ganhar mais espaço na cena pública e política, afirmando sua identidade negra e sua complexidade (2017, p. 70).

Para ilustrar o dinamismo dos quilombos brasileiros, pode-se recorrer à metáfora da árvore. As mulheres mais velhas, por meio de sua oralidade, produzem e transmitem sabedoria, configurando-se como as raízes e o tronco que sustentam a árvore. As jovens representam os galhos e as folhas, que absorvem a seiva nutrida pelas palavras das gerações anteriores, enquanto as crianças são as flores, ainda em desenvolvimento para gerar frutos, mas já exercendo um papel significativo como sujeitos sociais na vida do quilombo.

Uma comunidade precisa de árvores fortes, que são a lógica das religiões em que as orixalidades representam as forças da natureza, cujas folhas são o principal fundamento; as árvores produzem e abrigam a contação das lendas e a disseminação das crenças imprescindíveis para história e para a vida dos quilombos de todos os lugares. Buscar o conhecimento científico é importante não apenas para sua execução e aceitação, mas também como um complemento a outros saberes que,

---

<sup>3</sup> “Uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem o sofrimento e vergonha, porque são relacionadas a escravidão. Assim falar sobre a herança escravocrata que vem sendo transmitida através do tempo, mas silenciada, pode auxiliar as novas gerações a reconhecer o que herdaram naquilo que vivem na atualidade, debater e resolver o que ficou do passado, para então construir uma outra história e avançar para outros pactos civilizatórios” (Bento, 2022, p. 16).

conjugados, podem garantir a continuidade de mudanças que se façam necessárias, produtos da experiência inconstante que é a vida humana.

## 2.2 DISPOSITIVOS LEGAIS SOBRE QUILOMBOS

A presente seção objetiva tratar dos dispositivos legais relacionados aos territórios quilombolas, bem como problematizar a forma como o conceito de quilombo é apresentado e as lacunas legislativas, as quais deveriam garantir os direitos dos remanescentes de quilombo, que têm perpetuado, ao longo dos tempos, a história das suas comunidades.

O Quilombo dos Palmares, cuja origem remonta a 1597, evidencia, até a promulgação da Constituição Federal de 1988 (doravante CF), uma significativa lacuna nas leis que não regulamentavam e tampouco reconheciam a existência dos territórios quilombolas. Essa ausência legislativa reflete a invisibilização da história quilombola e a negligência do Estado em relação aos direitos dessa população.

No artigo 68 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, da CF, está prevista a garantia da propriedade definitiva das terras ocupadas. Nele, assevera-se que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988, p. 225). No entanto, mesmo com a prerrogativa legal, ainda são necessárias uma série de mobilizações para assegurar este direito. Apesar disso, é fundamental que existam leis que tratem sobre a preservação e proteção da cultura indígena e quilombola, como os artigos 215 e 216 da CF:

Art.215.O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização das manifestações culturais.

§1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art.216.Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

Art.216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas permanentes, pactuadas entre sentes Federação (Brasil, 1988, p. 180-181).

Os artigos 215 e 216 discorrem sobre a valorização da cultura afro-brasileira e indígena, bem como encaminha o reconhecimento dessas como patrimônio nacional, orientando também para o dever do Estado em reconhecê-las. Com isso, a CF abre caminho para outras possíveis ações legislativas que garantam os direitos indígenas e quilombolas. É nesse sentido que trazemos o Decreto 4.887/2003 (Brasil, 2003a).

Desde a Constituição Cidadã, o Brasil passou pelos mandatos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, sem dar conta de mobilizar o legislativo para garantir leis que promovessem a titulação dos territórios quilombolas. Apenas em 2003, durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as leis passaram a tratar sobre a questão quilombola de maneira mais efetiva, inclusive conceituando o que é um quilombo. Essa tarefa é cumprida pelo Decreto 4887/2003 (Brasil, 2003a), cujo intuito é o efetivar os princípios que já vinham sendo tratados no Art. 68 do *Ato das disposições transitórias*.

No Artigo 2º do referido Decreto,

[c]onsideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003<sup>a</sup>, p. 1).

A partir do artigo, é possível refletirmos sobre o reconhecimento do que é um quilombo, bem como a relação de nossas comunidades com as memórias e as ancestralidades de resistência às opressões.

Durante muito tempo, na história do Brasil, o conceito de “quilombo” estava intrinsecamente ligado à ideia de fuga de pessoas escravizadas em busca de liberdade e autonomia. A imagem mais comum que tínhamos em mente era a das comunidades quilombolas formadas por fugitivos escravizados, que buscavam escapar da opressão e construir uma vida autônoma em áreas rurais e isoladas. No entanto, ao longo das décadas, essa noção foi ressemantizada e ampliada para abranger uma diversidade de contextos contemporâneos.

De acordo com esse documento, o termo Quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha conteúdo histórico, ele vem sendo

semantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil (O'Dwyer, 2016, p. 45).

Desta forma, segundo O'Dwyer (2016), o documento oficial representou uma mudança significativa no entendimento do que constitui um quilombo. Hoje, esse conceito não se limita, apenas, às comunidades formadas por descendentes de escravizados fugitivos. Ele abrange uma variedade de contextos, incluindo as comunidades rurais que preservam tradições e culturas afro-brasileiras, independentemente de terem uma origem direta na resistência à escravidão.

Essa ressignificação da noção de quilombo reflete a compreensão de que o quilombamento não é apenas um evento histórico, mas uma continuação da identidade das comunidades afrodescendentes no Brasil. Essas comunidades, mesmo em ambientes urbanos, mantêm vivas suas tradições, cultura e história, são reconhecidas como quilombos contemporâneos que têm direitos garantidos pela CF, como o direito à terra e à preservação de sua cultura. A ressemantização do conceito de quilombo representa, portanto, um passo importante no reconhecimento e na valorização das contribuições das comunidades afrodescendentes para a riqueza cultural e social do Brasil. É o que entende Péret, ao afirmar que

[...] não compreenderam nem podiam compreender que somente conseguiram atingi-la ultrapassando-a. Era preciso que eles exigissem, não só para a sociedade que haviam edificado, mas também para todos os que, no Brasil, sofriam a sorte a que eles haviam querido escapar criando o quilombo (2002, p. 83).

Os quilombos têm se destacado por suas práticas de educação quilombola, que vão muito além do ensino formal. A educação nas comunidade é pautada na valorização da identidade quilombola e no viver as tradições ancestrais, ainda que com mudanças. Os mais velhos, detentores de conhecimento tradicional, desempenham um papel fundamental na transmissão desse saber às gerações mais jovens.

### 3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS/AS E QUILOMBOLAS

Desde muito cedo, já é apresentado para o/a negro/a que a educação provavelmente não fará parte do que a vida lhe reserva. O acesso à educação, como há registros na história, sempre foi difícil para os negros/as.

Sobretudo os africanos escravizados estavam impedidos de aprender a ler e escrever, de cursar escolas quando estas existiam, embora a alguns fosse concedido, a alto preço, o privilégio, se fossem escravos em fazendas de padres jesuítas. Estes, visando a “elevação moral” de seus escravos, providenciaram escolas, para que os filhos dos escravizados recebessem lições de catecismo e aprendessem as primeiras letras, sendo-lhes impedido, entretanto, de almejar estudos de instrução média e superior (Gonçalves; Silva, 2000, p. 135).

A educação formal foi alcançada a duras penas por mãos que muito lutaram. A educação formal, quando ocupada por pretos e pardos (negros), consiste em estar na contramão de todo um sistema estrutural racista, que teima em deslegitimar o direito à educação para os grupos étnicos/raciais não brancos. Negar a educação a um povo é negligenciar o processo de transformação necessário para que uma sociedade amplie e abra novos caminhos para uma democracia mais justa para todos, sem distinção de cor, raça ou etnia. Pensando sobre a instrução dos antepassados, apenas com a força da palavra se realizavam as práticas educativas, sem intervenção do Estado. Como eles repassariam a educação para os filhos se não fosse dessa forma? Não se trata de desconsiderar o que era possível ofertar, mas sim de restringir esse ao único caminho educacional possível.

O trabalho precoce no quilombo sempre foi um dos principais impeditivos para a escolarização. Nesse contexto, geralmente, os serviços dos meninos eram voltados à lida na roça, ao passo que o das meninas era dedicado a acompanhar as mães nas casas de família, geralmente exercendo a função de babás. A privação de não poder ir à escola acompanha, desde sempre, os jovens quilombolas, assim como integra as histórias de existir e resistir no quilombo, com seus saberes culturais, costumes, tão diversificados que estão sempre em choque com a cultura branca.

A educação, na história da população negra, foi marcada pela exclusão, assemelhando-se a um eco sem som, que ninguém ouve ou quer ouvir. Durante o período colonial, os negros não tinham o direito de frequentar as instituições públicas de ensino. Os/as adultos/as negros/as escravizados/as eram submetidos/as a uma

estratégia específica para a obtenção de instrução, muitas vezes dependendo do auxílio de quem já possuía algum conhecimento. O Decreto n.º 1.331, de fevereiro de 1854, proibia aos negros/as escravizados/as a possibilidade de frequentar as escolas públicas, exceto na presença de um professor disponível para assisti-los/as. Mais tarde, em setembro de 1878, com a promulgação do Decreto n.º 7.031-A, foi determinado que os negros/as somente poderiam estudar no período noturno, conforme explicitado em decretos subsequentes. Segundo Gomes,

[o] Decreto n.º 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto n.º 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (2017, p. 7).

A autora argumenta que até a década de 1980 a luta do movimento, no que se refere à educação, era um discurso universalista, mas não atendia à população negra. Com o avanço dos movimentos sociais, principalmente do Movimento Negro, as reivindicações sobre o acesso à educação se tornaram mais contundentes. A partir de 2003, quando foi criada a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), a questão da igualdade racial é incorporada à agenda nacional. Um dos objetivos do Movimento Negro é o de que a realidade da população negra seja vivenciada democraticamente, tentando reverter séculos de escravização e todos os adjetivos pejorativos que o racismo carrega consigo, passando a se pensar em viver de forma igualitária.

Criou, em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal (Brasil, 2004, p. 8).

É a primeira vez na história do País que se cria uma Secretaria especializada em questões étnico-raciais. Foi só no mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que se começou a caminhar, a passos lentos, em direção a uma democratização racial de fato. É responsabilidade do Estado promover e fomentar a aplicação do Artigo 205 da Constituição Federal, que assegura, por meio da educação, direitos igualitários para todos, tanto em aspectos individuais, quanto

profissionais. Os privilégios arraigados em nossa sociedade dificilmente serão desmantelados sem a intervenção estatal. A persistência das injustiças sociais que afetam os povos minoritários, especialmente a comunidade afro-brasileira, permanecem sem rupturas, enquanto o Artigo 205 esclarece essas demandas.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles o afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados (Brasil, 2004, p. 11).

Quando admitimos que o Estado possui um forte viés racista, é possível questionar as relações étnico-raciais fundamentadas em preconceitos. Essas posturas apenas fortalecem o racismo, desmerecem e desumanizam os afro-brasileiros, manifestando-se tanto de maneira explícita, quanto velada, rebaixando-os na sociedade e evidenciando quem detém o poder nas estruturas hierárquicas.

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual (Brasil, 2004, p. 10).

Quando se fala em “aceitar”, presume-se abraçar toda uma historicidade de luta e de valorização de um povo. É somente através de medidas que coloquem as políticas sociais com enfoque racial em prática que essa valorização começará a ser reconhecida de fato. Não se pode negar toda a cultura de um povo e as contribuições que ele trouxe para a construção do nosso País, mesmo diante das imposições da colonização, marcadas pelo racismo, discriminação e preconceito contra os negros.

### 3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS

Nesta seção, apresentamos alguns acontecimentos que foram cruciais para influenciar e regular a emancipação dos negros nas interações sociais, especialmente no âmbito educacional. Nas décadas de 1970 e 1980, os negros eram frequentemente

desconsiderados como indivíduos capazes de pensamento crítico e de produção de conhecimento científico. Esse contexto foi estabelecido durante o período pós-abolição, quando os ex-escravizados foram substituídos por imigrantes em postos de trabalho nas fábricas emergentes do Brasil. Contudo, o pensamento racista impediu qualquer oportunidade para esses indivíduos, marginalizando-os, sem respaldo político algum.

Diante desses desafios, a luta e a resistência começaram a assumir novos contornos. No final da década de 1970, surgiu o MNU (Movimento Negro Unificado), um movimento social educativo com abordagens epistemológicas inovadoras. Seu objetivo era o de que os negros/as, munidos/as de seus conhecimentos ancestrais, conduzissem uma valorização da cultura afro-brasileira diaspórica nas ciências humanas, influenciando assim as teorias epistemológicas.

Esse movimento social trouxe as discussões sobre o racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as relações afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo para o cerne das discussões teóricas e espectrológicas das Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas, e da Saúde, indagando, inclusive as produções das teorias raciais do século XX disseminadas na teoria e no imaginário social pedagógico (Gomes, 2023, p. 17).

O MNU foi criado durante o período de repressão militar como um movimento de luta, com forte engajamento na promoção da visibilidade e da credibilidade dos intelectuais negros e de suas epistemologias. As políticas afirmativas foram criadas a partir das lutas do movimento negro, garantindo acesso a negros/a, indígenas e pardos à universidade, que antes, em sua maioria, era de privilégio branco, rompendo as estruturas das instituições de ensino no País. Também na década de 1980, foi aprovada a Carta Magna de 1988, promovendo o Estado Democrático de Direito e Dignidade.

Mesmo com a CF garantindo dignidade humana para todos, e com toda a luta do MNU, podemos perguntar: dignidade para quem? Os negros continuam na margem da pobreza, são os que possuem menos instrução escolar em relação às classes sociais, sofrem racismo, discriminação em todos os sentidos, preconceito, possuem menor poder econômico etc. A Constituição “Cidadã” pouco mudou a realidade dos negros/as do País. Diante de tanto descaso, em 1995 ocorreu a Marcha Zumbi dos

Palmares, em Brasília, com o propósito de reivindicar direitos e dar visibilidade à luta do movimento negro.

Os argumentos a respeito das discriminações positivas emergiram na Marcha Zumbi dos Palmares, organizada em 1995 pelo Movimento Negro Unificado – MNU. Tal passeata trouxe à cena pública justificativas de tipo racial, cultural e econômica. O contexto era de avanço das lutas pelas políticas públicas de discriminação positiva. É possível observar a formulação de um contradiscurso referente à raça na Marcha Zumbi dos Palmares, pois o objetivo era desconstruir as teorias que trabalhavam o conceito de raça pelo viés biológico, presente nas correntes monogenista e poligenista (Almeida; Souza, 2013, p. 274).

Essa manifestação reuniu aproximadamente 30 mil pessoas em Brasília em prol da luta contra o racismo, pela igualdade e pela vida. O movimento exigia ações já discutidas no MNU que, embora asseguradas pela Constituição de 1988, na prática, eram desconsideradas, uma vez que o racismo em território nacional era frequentemente disfarçado ou considerado inexistente. A marcha evidenciou o descontentamento da população negra, que denunciava a opressão imposta pelo racismo, desmistificando, especialmente, o mito da democracia racial no País.

A educação escolar quilombola é centrada nas práticas pedagógicas, nos saberes e nas tradições das comunidades, buscando preservar e valorizar sua cultura e sua história. Ela visa promover uma educação contextualizada e relevante, que leve em conta as realidades e as necessidades específicas dessas comunidades, promovendo, assim, o respeito à diversidade e à cultura, bem como o combate ao racismo institucional. Sendo assim,

[...] a Educação Escolar Quilombola deverá ir mais além: ao dialogar e inserir os conhecimentos tradicionais em comunicação com o global, o nacional, o regional e o local, algumas dimensões deverão constar de forma nuclear nos currículos das escolas rurais e urbanas que ofertam a Educação Escolar 46 Quilombola ao longo das suas etapas e modalidades: a cultura, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etnodesenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território (Brasil, 2012a, p. 42).

As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola* (Brasil, 2012a) marcam um avanço significativo no reconhecimento e na valorização da educação para comunidades quilombolas. Seu propósito é orientar os processos educativos em escolas desses territórios, respeitando as especificidades culturais, históricas e sociais locais. Ao incorporar saberes, tradições e práticas pedagógicas

próprias, as Diretrizes promovem uma educação inclusiva e contextualizada, fortalecendo a identidade e a autonomia dessas comunidades. Sua implementação representa um progresso na busca por equidade educacional e na redução das desigualdades.

### 3.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: PERCURSOS E PRINCÍPIOS

Durante a Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada de 28 de março a 1º de abril de 2010, o Ministério da Educação cumpriu o compromisso institucional assumido em 2008, focando em enfrentar desigualdades e garantir direitos educacionais. A história da educação do povo negro revela que, ao longo dos séculos, a luta sempre visou ao fim do racismo e à busca por igualdade de direitos. Os negros/as se organizaram estrategicamente em locais de difícil acesso, mantendo sua resistência e resiliência nas reivindicações por melhorias para suas comunidades, um movimento constante até os dias de hoje.

As escolas quilombolas são estabelecimentos situados em territórios quilombolas, caracterizados pelo trabalho pedagógico voltado para as particularidades, práticas e saberes culturais próprios a esses territórios, além de pautarem-se em valores civilizatórios de origem afro-brasileira. Essas instituições adotam políticas sociais que promovem o pertencimento étnico e cultural dos alunos, conforme as Diretrizes estabelecidas (Brasil, 2012a).

A educação escolar quilombola é ofertada em unidades educacionais que atendem indivíduos oriundos de comunidades remanescentes de quilombos, englobando aquelas localizadas nos territórios.

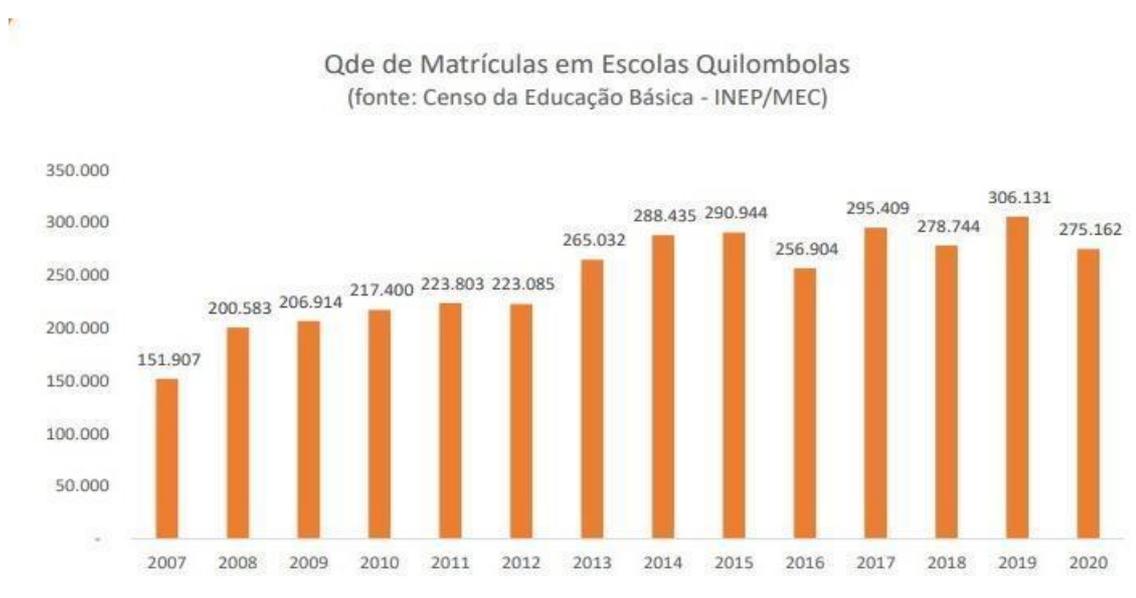
A Resolução n.º 8, de 20 de Novembro de 2012, define que o ensino ministrado nas instituições educacionais quilombolas deve fundamentar-se no resgate às heranças ancestrais das comunidades em questão, valorizando a memória coletiva, o patrimônio cultural, linguístico, religioso, socioambiental e econômico de cada comunidade quilombola, garantindo aos estudantes o direito à apropriação dos conhecimentos tradicionais e suas formas de produção, bem como, na implementação de políticas públicas que salvaguardam as identidades locais e as heranças culturais de cada localidade (Batista; Bezerra; Foster, 2018, p. 76).

Essa perspectiva pedagógica está alinhada à valorização e à diversidade cultural dos sujeitos pertencentes a essas comunidades, como delineado no parecer

que fundamenta todo o processo educacional quilombola. Silva (2020), em seu trabalho intitulado *Quilombos e Educação: Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas*, aborda a intersecção entre cultura quilombola e o sistema educacional brasileiro. O objetivo da referida pesquisa é o de analisar como as políticas públicas de educação compreendem as especificidades das comunidades quilombolas, ou se as tratam com descaso.

A seguir, serão apresentados dados do Censo Escolar Quilombola, divulgados pelo Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Esses dados mostram a distribuição das 275.162 matrículas em escolas quilombolas, destacando que o número de estudantes dobrou entre 2007 e 2019. No entanto, em 2020, houve uma queda significativa de, aproximadamente, 30.000 alunos (ver Gráfico 01).

Gráfico 1 – Quantidade de Matrículas em Escolas Quilombolas

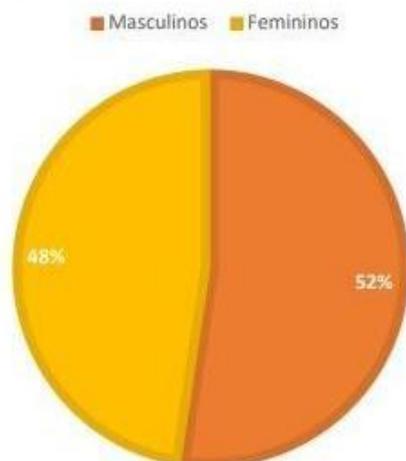


Fonte: Censo da Educação Básica (INEP, 2024, s.p.)

No segundo gráfico, observamos uma diferença de 4% entre o número de estudantes quilombolas matriculados do sexo masculino (52%) e do sexo feminino (48%) nos dados referentes a 2020. Esse panorama revela uma discreta disparidade na proporção entre homens e mulheres que frequentam o Ensino Fundamental.

Gráfico 2 – Estudantes Matriculados em 2020 (gênero)

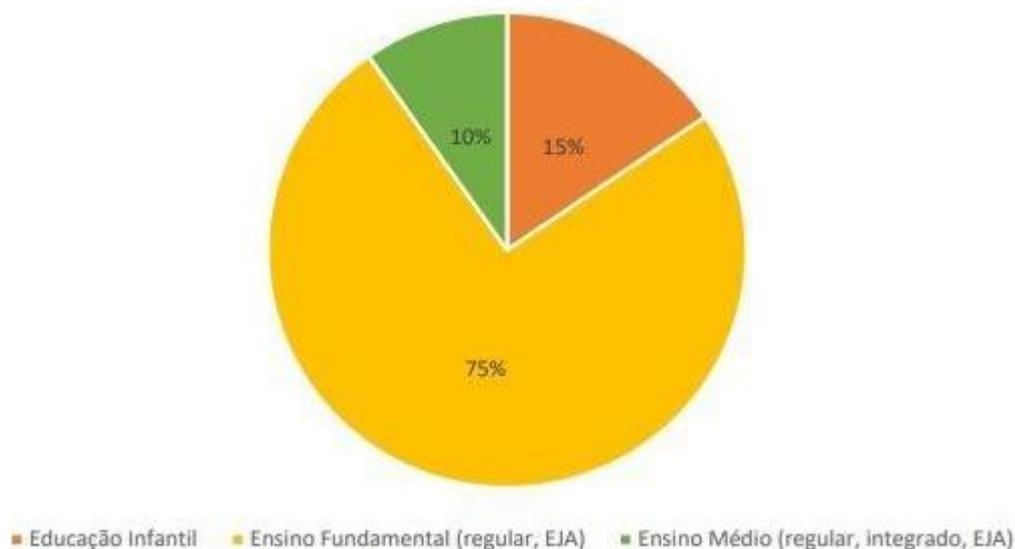
**ESTUDANTES MATRICULADOS 2020**  
FONTE: CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2020 - INEP/MEC



Fonte: Censo da Educação Básica (INEP, 2024, s.p.)

Entretanto, ao analisar a distribuição dos estudantes quilombolas matriculados por nível de ensino, notamos uma significativa queda percentual ao passarem do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o Ensino Médio. Observemos o gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Estudantes Matriculados em 2020 (modalidade)



Fonte: Censo da Educação Básica – (INEP, 2024, s.p.)

Conforme os dados fornecidos pelo gráfico 3, do total de matrículas, 75% concentram-se no Ensino Fundamental (Regular/EJA), 15% na Educação Infantil e apenas 10% no Ensino Médio (Regular-Integrado/EJA). Esses números suscitam reflexões e questionamentos relevantes, como o destino dos 75% de estudantes que frequentavam o Ensino Fundamental, mas que resultam em apenas 10% matriculados no Ensino Médio. Indagações acerca dos motivos que levaram esses estudantes a desistir dessa fase educacional são essenciais. Esta é apenas uma das questões fundamentais que surgiram ao analisar os dados para esta dissertação.

#### 4 PRIMEIRAS PALAVRAS SOBRE INFÂNCIAS NEGRAS E QUILOMBOLAS

A infância é uma fase de construção social e de aprendizado, pois faz com que cada um/a crie vivências de diferentes formas. As mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra, em sua infância, brincavam enquanto auxiliavam os pais no trabalho agrícola. Nesse brincar, já começavam a adquirir saberes práticos sobre a agricultura e cuidado com a família. Um exemplo disso eram as bonecas feitas de batatas inglesas impróprias, as chamadas maiseras<sup>4</sup>, ou de espigas de milho novas, que eram tratadas como filhas nas brincadeiras. Ao mesmo tempo, essas mulheres aprendiam sobre os ciclos de plantio e os modos como identificar quais cultivos eram adequados para o consumo. Como nos conta Dona Maria Celuta Sant'Anna,

[a]s batatinhas menores essa aqui por exemplo planta né, ela vai nascer o pé então depois aí nasce o pé ela vai ficar lá dentro da terra se ela não apodrecer ela vai ficar lá dentro ela vai ficar assim como essa é só vai escurecer. [...]Aqui seriam os bracinhos, os bracinhos, da bem um palitinho de fósforo, umas coisinhas mais. Tudo ali da lavoura. E trabalhava e brincava ao mesmo tempo, assim dava um tempinho para brincar. E só que a gente se botava assim, só não tão malfeita assim, tentava fazer melhor né, os pezinhos, o outro pezinho (Dona Maria Celuta Sant'Anna, março/2024).

O ser criança muda conforme os contextos em que as sujeitas estão inseridas; é o momento em que começam a ser apresentadas ao mundo, e os anos parecem não ter fim nessa fase da vida. No entanto, devido à sua cor, muitas crianças se deparam com o racismo, o preconceito e a discriminação, elementos que deixam cicatrizes que perduram no decorrer dos seus desenvolvimentos. Essa realidade pode ser apreendida nos estudos de Nunes, para quem,

[e]m verdade, falar sobre a infância é sempre muito caro e tal afirmação poderia ser espantosa no sentido de que, geralmente, em todos os espaços de circulação, sempre existe a presença de tal sujeito: um sujeito criança ou um sujeito que, ao ter deixado de sê-la, ainda aponta, através do modo próprio de estar no mundo, as reminiscências desse tempo, diria, não facilmente captável por aquelas lentes que a percebem sob único jeito de sê-la ou, então, encarcerada, em um tempo ínfimo, determinado pelas idades tão estipuladas da vida (2015, p. 599).

---

<sup>4</sup> É o tubérculo (muda) de onde se originam as batatinhas; com o ciclo concluído na época de colheita, a "batata-semente" apresenta outra coloração e se torna aguada e, por isso, inadequada para o consumo.

Mesmo com todos os contextos de uma infância difícil, Dona Maria Celuta conseguia ter delicadeza e criatividade, deixava-se levar pela imaginação e confeccionar, com todos os detalhes, uma boneca que, apesar da pobreza, era o brinquedo possível, dadas as circunstâncias do espaço e do momento. Sobre sua criação, ela relata: “boneca de batata né isso aqui não é tão comprido claro que a gente, aqui já deixei o coisa um cabelinho, aí a gente pegava um paninho atava sabe e aqui a gente já fazia uma calça porque era feio menina andar sem calça” (Dona Maria Celuta Sant’Anna, março/2024).

A construção social da infância [...] foi sendo permanentemente reelaborada através das contingências históricas, sociais e culturais cujos olhares apontados para as crianças, não sem resistência, foram sendo definido por um conjunto de fatores que se constituem, não eu diria avanços, quando se tem uma ideia dos cenários globais da infância de todo o mundo, mas caminhos para uma possibilidade de desvelamento de uma infância que é local, mas também global (Nunes, 2015, p. 601).

Tudo acontecia quando as mulheres estavam na lavoura, ajudando na lida seus pais; brincavam com os cultivos produzidos pela família. Essa era uma das formas de sentir-se criança, mesmo em meio ao trabalho familiar, pois, naquela época, essa ajuda era vista como parte do cotidiano, não era considerada exploração infantil, nem maus tratos.

Dona Maria Catarina também teve uma infância muito semelhante à da Dona Maria Celuta Sant’Anna; ela relata: “[...] me criei na lavoura meu pai ia para lavoura com dois cavalos as crianças ficavam em casa com a mãe, ali a gente cozinhava a mãe cozinhava, no meio-dia a outra que era mais velha essa cozinhava cuidava as galinhas” (Dona Maria Catarina Ribeiro Santana, março/2024). Contudo, na infância quilombola, os anos passam e mesmo sendo crianças e tendo responsabilidades como ir à escola, essa é mais uma tarefa a ser acrescentada. Neste sentido encontramos Cruz e Pessoa (2018), que nos falam:

Embora os moradores tenham muita importância ao ensino escolar e as crianças passam boa parte do dia na escola, algumas delas realizam atividades laborativas como catar o buriti, pescar ou conduzir os animais até o curral no fim do dia. Essas atividades não são vistas pelos adultos como trabalho, e sim como ajuda e também como uma maneira da criança ir aprendendo o trabalho realizado pelos pais (2018, p. 4).

Essa relação de estar junto com os adultos nas tarefas diárias pode ser observada até hoje nas casas das comunidades quilombolas de São Lourenço do Sul/RS, mais especificamente, na comunidade Coxilha Negra, que é campo deste estudo. Ademais, conforme exposto por Cruz e Pessoa (2018), a realidade retratada permeia os quilombos do Brasil, de maneira geral, pois os quilombolas ensinam desde a infância questões como o pertencimento e a satisfação (até mesmo necessidade) de ajudar a família.

#### 4.1 A INFÂNCIA DAQUELAS QUE SERÃO SEMPRE CRIANÇAS: A INFÂNCIA DURA A VIDA INTEIRA

Tudo que se aprende na primeira infância com os pais e familiares, os “primeiros professores”, são hábitos<sup>5</sup> que permeiam e acompanham os sujeitos em seu percurso de vida. Em cada etapa de desenvolvimento, traz-se um pouco dos saberes adquiridos com os mais velhos. A primeira fase da vida de qualquer pessoa é a infância. Com base nessa consideração, a Convenção dos Direitos da Criança, em seu artigo 1º, considera como criança todo o ser humano com até 18 anos, salvo se, nos termos da lei, atingir a maioridade mais cedo (art. 1º da Convenção). Todavia, paira a dúvida sobre quando a vida tem início:

[s]e relativamente ao início etário do ser que se integra na infância poderá haver poucas dúvidas — ser criança começa quando se nasce — nem aqui o consenso é total. Com efeito, a investigação sobre a formação pré-natal e a vida no útero materno tem cada vez mais intensamente evidenciado a existência de emoções do nascituro aos estímulos externos (e, particularmente, à voz materna) que configuram uma situação de existência humana, que, apesar de incompletamente formada, não deixa de colocar a questão dos direitos que lhe são inerentes (Sarmiento; Pinto, 1997, p. 3).

Independentemente de qual definição se adote, importa as imagens de infância que permanecem na memória das mais velhas, o que foi possível notar nas entrevistas, quando elas, ao recordarem, traziam, com lágrimas nos olhos, lembranças de um tempo distante marcado pela pobreza, preconceito e racismo; termos dos quais, na época, elas não sabiam o significado, mas já as atingiam, mesmo

---

<sup>5</sup> São disposições, estilos de vida, maneiras e gostos incorporados e campo como um espaço social que possui estrutura própria e, relativamente, autônoma em relação a outros espaços sociais que tem uma lógica própria de funcionamento, estratificação e princípios que regulamentam as relações (Bourdieu, 2003).

sendo crianças. Em meio às dificuldades, encontravam fissuras<sup>6</sup>, gretas<sup>7</sup> que as conectavam ao tempo e espaço do ser criança. Segundo Walsh,

As gretas dão luz a esperanças pequenas. Penso na flor que apareceu de um dia para o outro em uma pequena fenda das grades exteriores de pedra e cimento de minha casa, também nas duas folhas verdes que brotaram ante meus olhos no asfalto de uma vereda em plena cidade. As gretas em que penso revelam a irrupção, o começo, a emergência, a possibilidade e também a resistência do muito outro que faz vida apesar de – e fendendo, fissurando – as próprias condições de sua negação...as gretas assim requerem um refinamento do olho, dos sentidos e da sensibilidade para poder ver, ouvir, escutar e sentir o muito outro devido e sendo, e para reconhecer nele a esperança pequena que não apenas grita, mas também afirma e caminha vida (2017, p. 100-101).

A autora acrescenta ainda:

[...] ponho minha energia, esforço e atenção no encarnado, situado e local, nas fendas existentes – em processo e por vir – que desafiam, transgridem, interrompem e deslocam o sistema dominante, nas fissuras que vêm de baixo, onde se encontram, se constroem e caminham formas de estar-fazer-ser-sentir-pensar-saber-viver muitas outras e nas próprias possibilidades de fazer fender, fissurar (Walsh, 2017, p. 100).

Mal elas sabiam que, desde a infância, eram preparadas para resistir, pois essa é a única forma de sobreviver ao racismo e aos obstáculos que marcariam suas trajetórias. Sua resiliência pode ser comparada à das plantas e flores que insistem em brotar e sobreviver entre pedras ou paralelepípedos das ruas sob o calor intenso do sol. Ao olhar para elas, surge a dúvida: como conseguem resistir, sobreviver em um solo tão árido e ainda florescer em meio às intempéries da natureza? Uma possível resposta é que, talvez, as estratégias adotadas – práticas de insurgência, afirmação, re-existência, re-humanização e libertação – tenham sido colocadas implementadas com ações sociais, políticas, epistêmicas, artísticas, poéticas, performáticas e espirituais, conformando-se como pedagogias, com o intuito de romper as fissuras e superá-las, semeando novas possibilidades.

O ato de semear - a sementeira - é um ato insurgente. Insurgente por seu insurgir e incidir; por fazer nascer, renascer, ressurgir, criar e construir possibilidades, esperanças e perícias de vida e viver que não apenas afronta à lógica-sistema dominante, mas também contribuem para o seu

---

<sup>6</sup> Aberturas semelhantes a rachaduras onde há sobrevivência, nasce vida.

<sup>7</sup> São gritos ansiados por ajuda, libertação de uma angústia e sofrimento que está afligindo.

fissuramento, debilitamento, desmantelamento e destruição eventual, com o crescimento de algo radicalmente distinto (Walsh, 2019, p. 112).

Essas sementeiras estiveram imbricadas na infância das mulheres mais velhas, pois o contexto quilombola foi sempre de luta contra um estado hegemônico, patriarcal, na busca por melhorias, que podem ser comparadas a frutos. Por exemplo, a educação escolar quilombola ganhou peso no *I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas*, ocorrido em 1995, evento em que houve articulação e mobilização política das comunidades (Silva, 2012). Dessa mobilização resultou a criação da Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas e, no ano seguinte, a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos. Essas ações se mobilizaram para que, em 2012, fossem estabelecidas as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola* (DCNEEQ; Brasil, 2012a).

As escolas quilombolas têm trabalhado para desenvolver currículos que respeitem e incorporem a cultura, a história e os saberes tradicionais das comunidades, promovendo uma educação que valoriza a identidade quilombola. Para isso, houve um esforço significativo para a formação de professores que atuam nesses territórios. Foram realizadas capacitações para que os docentes soubessem lidar com a realidade e as necessidades específicas dos estudantes. Porém, há desafios que precisam ser superados, como a construção de escolas em áreas afastadas e programas de transporte escolar. As comunidades quilombolas têm se envolvido na gestão escolar, arbitrando sobre as decisões que afetam a educação de suas crianças, com o objetivo de promover sentimentos de pertencimento e de compromisso. A implementação de programas e ações governamentais voltados para a educação quilombola tem contribuído para avanços na infraestrutura escolar, assim como na aquisição de materiais didáticos e na promoção de ações de apoio pedagógico.

Um exemplo de escola quilombola é o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, situado no Quilombo João Surá, cidade de Adrianópolis, estado do Paraná. As melhorias realizadas na referida escola, conforme Moreira e Borba (2020), refletem um esforço conjunto de diferentes setores da sociedade, visando garantir uma educação de qualidade e que respeite as especificidades culturais das comunidades quilombolas.

O envolvimento da comunidade é fundamental, pois utiliza a experiência como exemplo na busca por melhorias. A educação informal só será efetiva nas escolas se for transmitida por quem vivenciou ou vive essa realidade. Santos (2023), em seu livro *A Terra dá, a terra quer*, compartilha sua experiência de vida em seu quilombo no Piauí:

[o]utro pulsar das memórias de criança é o caminho da roça, que fazíamos junto às gerações mais velhas, a geração mãe e a geração avó. Ouvíamos a sonoridade emitida pela mata, a partir do movimento do vento e das águas dos riachos, rios e das cachoeiras, dependendo de por onde passávamos (Santos, 2023, p. 1).

Santos, um quilombola, costuma lembrar suas memórias de infância sempre que vivencia um momento que o remete ao passado. Independentemente da idade, ao ouvir a sonoridade das águas, a mente retorna à infância, e o corpo começa a manifestar reações. Além disso, Santos (2023) entende que essas memórias não foram vivenciadas solitariamente, mas, sim, junto aos mais velhos, servindo como uma oportunidade de aprender com eles. Sobre essa temática, relata o autor:

[f]ui criado brincando de fazer o que os mais velhos faziam. Eles passavam o dia no engenho produzindo rapadura, melaço, batida e beneficiando a cana-de-açúcar com tração animal. Nós, crianças, fazíamos a mesma coisa, de brincadeira. Brincávamos de farinha e moagem, de fabricar engenho e produzir, só que os nossos bois não eram bois vivos, eram bois artesanais. Eram frutos que podíamos aproveitar, madeira do mandacaru que esculpimos. Brincávamos de ser adultos, de fazer o que os adultos faziam. E assim aprendemos a fazer tudo. Mas também brincávamos nos festejos feitos a partir da arte local, da arte do nosso povo (Santos, 2023, p. 23-24).

Assim como Santos (2023), as sujeitas desta pesquisa, por exemplo, ao brincar com bonecas e aprenderem a produzi-las, produzem conexões com a ancestralidade. Embora essa dimensão espiritual, na visão da sociedade em geral, não seja percebida, ela está sempre presente na vida dos quilombolas nunca estão sozinhos; animais e a natureza são seres de convivência com quem se comunicam. É o que defende Santos, ao salientar que

[a] humanidade é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com as árvores, com a terra, com as matas. Desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade. O desenvolvimento surge em Gênese. Relacionar-se de forma original, para o eurocristão, é pecado. Eles tentam humanizar e tornar sintético tudo o que é original. Não se trata de um pensamento binário, mas de um pensamento fronteiriço. Nunca vamos atravessar para o lado do humanismo, mas também nunca

vamos querer que o humanismo atravesse para o nosso lado. Também não queremos que ele deixe de existir, só queremos que haja respeito e diálogos de fronteira. A humanidade está aí, não vamos matar a humanidade. Mas como vamos nos relacionar com ela? Estabelecendo fronteiras. [...] A globalização para os humanos não existe, o que existe para eles é a história do eurocentrismo – da centralidade, da unicidade. O que chamam de globalização é universalidade. Não no sentido que nós entendemos por universalidade, mas no sentido da unicidade (2023, p. 17-18).

Há quem queira universalizar, mas é essencial reconhecer as individualidades que necessitam de cuidado para evitar causar dores ainda maiores do que as já infligidas pelo colonizador. As dores, no período colonial, foram amenizadas com as artes da dança e do canto, conforme nos relata Fanon. Segundo o pensador,

[o] círculo da dança é um círculo permissivo. Protege e autoriza. Em horas fixas, em datas fixas, homens e mulheres reúnem-se num determinado local e, sob o olhar grave da tribo, entregam-se: a um pantomima de aparência desordenada, mas na realidade bastante sistematizada em que, pelos variados meios – negativas feitas com a cabeça, curvatura da coluna vertebral, recuo apressado de todo o corpo – expõem se desde logo o esforço grandioso de uma coletividade para se exorcizar, para se libertar, para se exprimir. Tudo é permitido... no círculo (Fanon, 1968, p. 43).

Santos espera que, no futuro tudo, as estruturas sociais mudem, positivamente. Em suas palavras,

[p]ode ser que, no futuro, como a fronteira é um território movediço, elástico, a gente avance quando eles recuarem, ou pode ser que a gente recue quando eles avançarem, mas sem chegar ao limite. Nós pensamos sempre na circularidade, quebrando o monismo, a dualidade e o binarismo. Os humanistas querem nos convencer de que a globalização é uma convivência ampla, quando de fato não é. Em vez de compreender o globo de forma diversa, como vários ecossistemas, vários idiomas, várias espécies e vários reinos, como dizem, quando eles falam em “globalizar”, estão dizendo “unificar”. Estão dizendo moeda única, língua única, mentes poucas (Santos, 2023, p. 17).

Santos concluiu sua obra de forma sábia, ao dizer que “Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo” (Santos, 2023, p. 66). Na vida, sempre seremos um pouco criança, um pouco adulto, e, acima de tudo, seremos nós mesmos, carregando as lembranças de todas as etapas de nossa existência.

## 4.2 A INFÂNCIA E AS APRENDIZAGENS QUE SE DÃO EM OUTRAS “ESCOLAS”

Certamente, outras brincadeiras surgem ao longo da vida. Ainda que a primeira convivência aconteça com os pais e demais familiares, posteriormente, o círculo social da criança se amplia com o ingresso na escola, quando se começa a conviver com colegas e professores; na realidade de São Lourenço, onde não há uma escola específica para quilombolas, essas relações interpessoais englobam diversas raças e etnias. Antigamente, as escolas eram longínquas; segundo relatos, as sujeitas da pesquisa tinham que caminhar longas distâncias, a pé, sem calçados quentes para se proteger no frio do inverno, geralmente, muito rigoroso. Fora isso, eram agredidas pelos coleguinhas, fato que fazia com que não tivessem vontade de dar continuidade aos estudos. Frente a isso, Nunes (2015) aponta que

[...] essas constatações são, ainda, inviabilizadas enquanto prática pedagógica, investigativa, enquanto perspectiva que protagoniza nos seus diferentes contextos práticas subversivas de ordens, porque necessitam, na condição de atores sociais, dialogar com o mundo adulterado e trancafiado, principalmente de instituições formais de educação como a escola e universidade (Nunes, 2015, p. 600)

Na maioria dos casos, as turmas eram constituídas de um ou dois estudantes negros/as, que buscam sentar-se no fundo da sala; em alguns casos, evitavam conviver com os demais por se sentirem diferentes e, ao chegar em casa, questionavam seus pais do porquê as situações cotidianas serem mais difíceis para os pretos.

Por outro lado, podemos mencionar o caso da Dona Deleci Nogueira Soares, cuja alfabetização se deu sem escolarização formal. De acordo com ela, seu irmão a ensinou a ler e escrever em casa:

E aí, eu sempre tinha eu que eu era pequena, eu sempre queria ir pra escola, né, mas não dava, né? E aí os guris ensinavam os que mora em Porto Alegre, Solimar, em Porto Alegre ensinava em casa eu aprendi muita coisa em casa, assim. Eu sei fazer conta, eu sei fazer, contar dinheiro, eu sei escrever meu nome, todo mundo assim. Ai meu Deus, como é que tu aprendeu, meu irmão? Ensinou eu, eu aprendi, né? Aprendi aí, uma conta, eu vou fazer uma conta às crianças, guria, tão colégio estava no colégio. Crianças da Janete tudo. Mas e? Eu digo, estão no colégio, estão tão enredados assim, então eu não tava (Dona Deleci Nogueira Soares, março/2024).

Mesmo sem ir à escola, aprendeu com seu irmão, Solimar, a se “defender” na vida e a ter, desde criança, sabedoria sobre o quanto ganhava nos trabalhos na lavoura. Brincar por entre a roça e trabalhar trouxeram ensinamentos acerca da “matemática da vida”, que precisava realizar para crescer e, posteriormente, ensinar a outras crianças no ciclo geracional que acompanha os remanescentes de quilombos.

Frequentar a escola está muito longe do simples fato de ir até ela. Os desafios impostos às crianças negras são muitos, como, o racismo, as longas distâncias e a falta de acesso a materiais escolares, que eram caros. Por exemplo, as mochilas eram feitas de pacotes de alimento, os cadernos não eram comprados pelos pais, mas recebidos como brindes em lojas. É o que diz Dona Maria Lídia Ferreira, ao relatar que,

[p]ara estudar só de noite agora. Não tinha... Mas eu vi hoje que eu digo... Eu digo, esse povo agora vocês hoje, tem tudo. Não tinha... Não tinha naquele tempo nós não tinha tênis, calçado faltava um monte de coisa para nós. Mas nós não ganhava, nós ia para o colégio com os pés no frio, frio (Dona Maria Lídia Ferreira, março/2024).

Na infância das sujeitas da pesquisa, as vestimentas e calçados para os dias frios eram inexistentes, além do fato de que os professores os inferiorizavam, sendo comuns os castigos frente aos colegas por não estarem “vestidas de acordo” com o espaço escolar formal. Frequentar a escola não se define em, simplesmente, estar fisicamente na sala de aula, mas envolve batalhas por um lugar seguro e acolhedor, para que os alunos possam sentir plenitude com suas identidades. A educação deve ser um espaço não só seguro, mas também um lugar em que a diversidade seja respeitada, sem constranger nenhuma criança – como aconteceu com Dona Maria Celuta Sant’Anna; ela relata:

[m]as a gente, que era negro, né? Ela batia direto. Era o tempo da régua, sabe? Batia nas mãos quando ela achava que não estava suficiente. Ela mandava a gente virar as mão, assim dava em cima das mãos. Na ponta dos 5 dedos, aquela régua, né, de madeira? E doía e pergunta se doía quando a gente ia botar a gente botava, a calça comprida que é? Botava a calça comprida porque era muito frio, ela é, ela dava, dava pelo lombo, pelas costas, pela bunda da gente (Dona Maria Celuta Sant’Anna, março/2024).

A fala de Dona Maria Celuta vai ao encontro da ausência de políticas públicas que permearam a vida dos mais velhos. Fanon aborda essa mesma realidade em seu

livro *os Condenados da Terra*, em que a negação do acesso à educação é tematizada. Trata-se da

[...] negação do acesso à educação de qualidade, deslegitimação do negro como portador e produtor da razão, discriminação nos espaços de ensino e rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência de recursos, que sequestra e fere de morte a racionalidade do subalterno, mutilando sua capacidade de aprender (Fanon, 1997, p. 21).

Felizmente, essa realidade tem mudado, paulatinamente, com a promulgação da Constituição federal de 1988, que, em seu Art. 5º, assevera que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, 1988).

O acesso ao Ensino Superior para os povos tradicionais foi, até o final da década de 1990, considerado irrelevante nas agendas governamentais. No entanto, com a implementação de ações afirmativas e com a luta contra as desigualdades sociais, especialmente dentro das universidades, essa questão emergiu nos debates sociais (Batista; Ferreira, 2018).

Com a lei 12.711/12 (Brasil, 2012b), sancionada em 29 de agosto de 2012 pela presidenta Dilma Rousseff, fruto da luta dos movimentos negros e sociais pelo acesso ao Ensino Superior, as mais novas do Quilombo Coxilha Negra ingressaram na Universidade e, hoje, têm formação em licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Naturais e Ciências Agrárias – com exceção da professora Vanda, que fez magistério e atua como professora de geografia, as demais mais novas não atuam na área educacional. Provavelmente, serão exemplos para as próximas gerações, assim como as mais velhas foram para elas.

No decorrer dos últimos anos, pesquisadores, parlamentares e órgãos de controle estiveram reunidos, para garantir que, no devido tempo, a revisão da Lei de Cotas se efetivasse. A lei 12.711/12 (Brasil, 2012b) garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades Federais e nos Institutos Federais a alunos oriundos integralmente do ensino público, sendo parte dessas vagas destinadas a membros de minorias étnicas.

Em 2023, essa política foi aprimorada através da Lei n.º 14.723/23 (Brasil, 2023). Uma das mudanças promovidas estabeleceu que o candidato não mais

concorria, apenas, às vagas destinadas às cotas. A partir de 2024, passam a ser consideradas, inicialmente, as notas pela ampla concorrência e, posteriormente, as vagas reservadas para ações afirmativas. Além disso, foi reduzido o teto da renda familiar para os estudantes que buscam ingresso no Ensino Superior pelo perfil socioeconômico, fixado em um salário-mínimo. Frente à reivindicação dos movimentos sociais populares, o Estado se vê pressionado a estabelecer mecanismos jurídicos-institucionais e repressivos que agem como elementos estabilizadores sociais, combatendo o quadro de desigualdade.

Desde a implementação das ações afirmativas, o Quilombo Coxilha Negra passou a usufruir da política pública de acesso ao Ensino Superior. As mais novas, através da Universidade Federal do Rio Grande, câmpus de São Lourenço do Sul, ingressaram na Licenciatura em Educação do Campo, mas é importante ressaltar que os processos seletivos iniciaram em 2013. Esse acesso é resultado de uma longa luta contra o racismo estrutural, sendo uma das consequências do reconhecimento legal dos quilombos no Brasil - como defende Carril (2017, p. 539), ao afirmar que “o reconhecimento legal dos quilombos no Brasil representa um marco histórico na visibilidade das diferenças étnicas e culturais da sociedade”.

O racismo tem duas concepções. A primeira, é a *individualista*, que se pauta na observação de comportamentos das pessoas e sua conseguinte análise, atribuindo às atitudes racistas o caráter individual, como se devidos à ignorância ou a problemas pessoais. Para Almeida (2019), essa visão está ligada à relação estabelecida entre racismo e subjetividade, sendo extremamente frágil porque não contempla a dimensão histórica do racismo. A segunda concepção é a *estrutural*, a partir da qual se discute a relação entre o racismo e a economia. A terceira, por fim, é a concepção *institucional*, que diz respeito à relação estabelecida entre o Estado e o racismo, sendo este tratado como resultante do funcionamento das instituições, que organizam e mantêm os privilégios baseados em raças (Almeida, 2019). Os sujeitos são os agentes produtores de ações que estruturam a sociedade; sendo assim, estando o racismo enraizado, é exigido dos negros uma luta árdua e contínua.

Tudo o que ocorre na vida, ensina lições que permanecem como aprendizado. A vida é a maior escola que temos, e cada pessoa é um eterno aprendiz. Em nossas vidas, é essencial absorver o que nos beneficia e contribui para alcançarmos nossos objetivos. Contudo, há situações que precisamos ignorar e superar para avançar,

sendo o racismo uma das barreiras que demandam força e coragem para serem enfrentadas e vencidas.

#### 4.3 A INFÂNCIA E A ESCOLA: APRENDIZAGENS E O QUE SE DEVE DESAPRENDER

Para as mais velhas, frequentar a escola foi algo muito doloroso, mesmo tendo sido um período curto, pois elas não completaram o ensino primário. Elas enfrentavam dificuldades de deslocamento, uma vez as escolas eram distantes, não tinham roupas adequadas para os dias frios e nem sapatos. Essas situações as desestimulavam a continuar frequentando a escola, devido ao medo causado pelas atitudes dos colegas e dos professores. A humilhação ou desprezo é algo que fica marcado na mente de uma criança para o resto da vida, é um “gatilho” que vai estar sempre à espreita, trazendo lembranças de dor. As atitudes cometidas pelos colegas e professores, na época não constituía crime de racismo; além disso, os negros atribuíam a si o problema, quando, na verdade, não era. Demorou-se um tempo considerável para expor-se o problema não está nos sujeitos ou em suas famílias, mas no sistema que foi estruturado para oprimi-los. Conforme Freire,

[q]uem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida (1997, p. 17).

Essas ações são oriundas do racismo estrutural. Para Almeida,

[...] [d]izer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (Almeida, 2019, p. 11).

Mesmo com todo esse histórico, as mulheres sujeitas da pesquisa incentivaram suas filhas a estudar. Elas não apenas aceitaram o estímulo, como também lutaram por seus direitos. Elas concluíram o Ensino Fundamental nas escolas do interior do município e, ao final dessa etapa, enfrentaram dificuldades para prosseguir. A ausência de escolas de Ensino Médio nas proximidades, a falta de transporte e as limitações financeiras das famílias para custear a vida na cidade fizeram com que interrompessem sua formação. Muitas acabaram trabalhando como babás ou empregadas domésticas na cidade e, nesse período, tornaram-se mães. O retorno aos estudos aconteceu anos depois, no curso de Educação do Campo. Das mais novas, então ingressantes no Ensino Superior, estão Ornezina Sant'Anna, Carina Santana Ferreira, Scarlet Pereira, Juliana Nogueira Soares e Eliziane Nogueira Soares.

É importante ressaltar que, por mais que existam leis que garantam direitos, falta a efetivação dessas leis na prática, pois, devido às lacunas na redação das legislações, os comerciantes, por exemplo, não contratam negros. A educação, em específico, carece de uma política pública para os egressos, promovendo um número maior de postos de trabalho através de concursos, com menor oferta nos últimos anos. Dessa forma, haverá a inserção e o envolvimento dos negros em todos os espaços.

## 5 CULTURA E TRABALHO

No contexto familiar, o trabalho das crianças negras são atividades que não apenas contribuem para o sustento familiar, mas também carregam um forte componente cultural, por haver responsabilidade em auxiliar nas tarefas da casa, na lida da roça e em cuidar dos menores da casa. O trabalho desempenhado está muitas vezes ligado à cultura local e à preservação de práticas culturais, em que as crianças quilombolas estão sempre envolvidas com os pais, aprendendo desde muito cedo a estabelecer relações entre as atividades laborais e o brincar.

Fanon (1997) mobiliza experiências dos povos oprimidos pelos colonizadores, provocando-nos a pensar que o trabalho não é apenas uma atividade, mas também um espaço para a afirmação da identidade. Argumenta que a colonização destruiu as estruturas sociais tradicionais, assim como a subjetividade dos indivíduos, levando-os a lutar por liberdade jurídica e material. Para Fanon,

[...] para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram o mundo colonizado. O nativo é declarado impermeável à ética: ausência de valores, mas também negação de valores (1997, p. 30-31).

Esse processo também pode se estender à questão do trabalho que, em muitos contextos, aparece como um meio de exploração em nome do desenvolvimento. O trabalho necessita recuperar a sua dimensão humanizadora, em que as pessoas se valem dele para viver dignamente, e não necessariamente para ser subjugado a alguém. A exploração que desumaniza envolve os grupos étnicos e seus familiares de todas as idades. O contrário disso presume construir culturas de trabalho que dialoguem com modos de vida livres da subjugação por questões de raça, gênero e fé.

As relações entre trabalho e cultura são inerentes às comunidades quilombolas, atuando como ponto de equilíbrio entre tradição e modernidade, tecnologia e manualidades, materialidade e sistemas de crenças, como a benzedura de animais, o estabelecimento de dias de plantio conforme as fases da lua, o canto dos pássaros que indicam mudanças climáticas etc.. Trata-se de formas de organização que ordenam e disciplinam formas de viver efetivas e libertadoras.

Nesse sentido, a ressignificação da cultura é um fator importante para que possamos pensar identidades sólidas, no sentido político do termo, de modo a celebrar raízes que, para Hall (2000), são de fundamental importância. O referido autor enfatiza que as construções identitárias não são fixas, mas, sim, fluidas e influenciadas por diversos fatores, entre eles, culturais.

[...] Pensar identidades sociais como construídas no interior das representações, através da cultura, não fora delas. Eles são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). Nossas chamadas subjetividades são então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico. Portanto é fácil perceber por que nossa compreensão de todo esse processo teve que ser completamente reconstruída pelo nosso interesse na cultura: e por que é cada vez mais difícil manter a tradicional distinção entre “interior” e “exterior”, entre o social e o psíquico, quando a cultura intervém (Hall, 2000, p. 112).

Portanto, compreender os processos de reconstrução identitária dos sujeitos inferiorizados, desumanizados e, por vezes, animalizados em virtude de sua condição étnico-racial, não é tarefa fácil. É necessário que o trabalho, mesmo em condições precárias, não apague a vida e a história de cada indivíduo, tampouco esmoreça o valor de suas coletividades.

Valorizar e refletir sobre a cultura do trabalho, em suas diversas manifestações, permite que, a cada geração, sejam construídas estratégias para superar dificuldades que vão além do âmbito econômico. Trata-se, também, de compreender um mundo em que a injustiça econômica está intrinsecamente ligada a outras demarcações, como dos territórios físicos e dos territórios do corpo, especialmente do corpo negro e do corpo envelhecido.

Na vida das mais velhas, como já foi relatado anteriormente, o trabalho começava nas pequenas coisas, “miudinhas”, como pode-se dizer. Esse fazer se soma ao trabalho dos pais; então, trabalho miúdo com trabalho grande constituía a matemática da existência das mais velhas. Como relata em entrevista Dona Maria Celuta Sant’Anna (março/2024), desde a infância: “[...] [e]u comecei trabalhar [...], mas a gente começava a caminhar já começava até a trabalhar, porque você não tinha alguma coisa, era um pauzinho de lenha para trazer para dentro”.

Em grande parte de suas vidas, essas mulheres permaneciam nas suas terras, no espaço rural, deslocando-se à cidade somente em casos excepcionais, como diante da necessidade de ir a um médico em caso de enfermidade grave, quando não

era possível tratá-la com plantas medicinais, ou para comprar calçados ou roupas para ocasiões especiais etc. As comunidades quilombolas têm uma preocupação constante com o solo, porque é nele que vivem, criam seus animais e garantem seu sustento. Há uma busca pelo plantio orgânico: “[a]rrancar Gravatá no campo, cortar soja, arrancar feijão capinando aquele tempo, capinar muito, não usar o veneno nas plantas não” (Dona Deleci Nogueira Soares, março/2024). Porém, no entorno das residências da Comunidade, há vizinhos não negros que cultivam soja, milho, tabaco e, nessas culturas, aplicam produtos tóxicos, que contaminam os plantios orgânicos, a água e as pequenas criações. Mesmo assim, não se perde o gosto por continuar vivendo ali:

Trabalhamos no quilombo na relação de compadrio, um ajudando o outro, em forma de coletividade. Fazemos o puxirão, a reunida, a troca de dia, o auxílio, a poiuva ou a “de-mão”. De onde eu venho, plantamos arroz, feijão, milho, inhame, cará, rama de mandioca, maracujá, limão, banana maçã branca, muitas hortaliças e mais de duzentos e quarenta variedades que servem de alimentos e remédios. Tudo sem veneno. Nós plantamos saúde! (Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Pedro; Museu Afro; Araujo, 2024, p. 38).

Além do trabalho em suas propriedades, era comum que as sujeitas da pesquisa trabalhassem como “peão”, trabalhadoras contratadas para empreitadas sazonais<sup>8</sup>. Sobre essas experiências, diz Dona Deleci Nogueira Soares (março/2024): “[t]inha aqui mesmo, mas não era, trabalhava na lavoura nas colônias, com os colonos”. Nessa modalidade de trabalho realizada junto aos colonos, era necessária atenção para que os proventos fossem corretos:

[e]u trabalhava com colônia lá e o colono todo fim de semana Era para acertar os que trabalhavam, né? E o colono veio. Escondeu metade do dinheiro? Pra pagar os empregados. E veio com o dinheiro, aqui ó, que tá o teu também. Eu olhei pro colono eu disse assim. Não, precisa contar tá certinho de como é que a gente não vai conferir o dinheiro. Que se o patrão pega o patrão que for, a gente tem que conferir o dinheiro, né? Se tá certo, aí vou conferir o dinheiro, né? Eu disse, não, não está certa. Falta dinheiro aqui. Eu digo, eu trabalhei igual aos outros (Dona Deleci Nogueira Soares, março/2024).

Em que pese a desconfiança da entrevistada, ressaltamos aqui, a sagacidade de quem vive a “precisão de todos os dias” e, para tanto, desenvolve o senso de

---

<sup>8</sup> Trabalho contratado para desenvolver diariamente na propriedade alheia. Quem contrata paga por esse serviço.

cuidado com seus proventos, que é, também, um senso crítico em relação ao desvalor atribuído às forças negras de trabalho. Dona Maria Celuta relatou que, além de trabalhar como empregada informal no campo, também exercia essa função na cidade, provavelmente por conta da necessidade de contribuir financeiramente para o sustento da família. Os quilombolas costumam ter pequenos lotes de terra e, no passado, as famílias eram mais numerosas, o que acarretava despesas mais elevadas para a manutenção da residência. Segundo ela,

É, eu trabalhei na lavoura. Depois, aí, com 16 anos, fui trabalhar na cidade de doméstica. Aí não parei muito tempo que eu era muito dengosa. Eu gostava muito de estar em casa, sabe? Chorei, voltei para casa. Voltei para casa, que é isso? Aí tá, eu vou trabalhar uns dias, voltei pra casa, fiquei uns 3 meses. Aqui em São Lourenço. É mais aí a mulher em vez de me deixar em São Lourenço e me levou para Pelotas e eu nunca gostei de Pelotas. Aí eu ta me levou lá pra Pelotas eu em vez de ficar cozinhando, porque ali era para cozinhar para ela (Dona Maria Celuta Sant'Anna, março/2024).

Dona Maria foi para a cidade, mas não se adaptou; isso se deve, provavelmente, pela necessidade de abandonar os vínculos familiares e costumes para vivenciar uma realidade diferente, decisão que não é simples. O mais grave em sua trajetória foi a mudança de cidade, como reafirma Nunes, ao concluir que

[...] existe uma rotatividade nos quilombos entre sair, ficar e retornar ao lugar; as mulheres são as que mais permanecem nos territórios, são elas que garantem 'a produção nas roças, nos cuidados de animais e fabricação artesanal como mecanismo de transformação das matérias-primas permanentes no meio natural (barro, taquara, palhas, ramas, sementes e outros (2019, p. 155).

As mulheres normalmente tendem a conciliar o trabalho do cuidado da família e dos vizinhos com o trabalho artesanal, de administração do lar, de cultivo roça ou em outro local. Parece que o “estar fora” sempre as remete ao “estar dentro”; não é possível cortar laços, muito menos perder o vínculo com a Comunidade. Grande parte desses trabalhos não são remunerados; o que há é um reconhecimento, que nem sempre ocorre, da capacidade de fazer tantas coisas paralelamente. Nas palavras de Nunes,

Quando as mulheres lutam para não sair do lugar onde muitas delas nasceram e vivem até os dias de hoje, é porque desejam continuar a gestar a vida por dentro, o que não significa, necessariamente, ir na contramão da bandeira de luta que aponta o doméstico, de igual forma, como lugar de

dominação masculina e, em muitos casos de violências física e simbólica. [...] Ao invés de reduzir a ideia de lar, o caráter comunal de uso da terra redimensiona as relações interpessoais e, com os limites existentes entre ser indivíduo e ser comunidade, a comunidade, também, representa um lar expandido (2019, p. 160).

Quando elas decidem sair do território quilombola é porque visam a melhor suporte financeiro, que irá proporcionar transformações em suas vidas, assim como na de seus familiares e, possivelmente, na vida da sua comunidade, como um todo. Esse transformar a comunidade aqui pode ser exemplificado pelas mais novas que aproveitaram as políticas de educação e forma estudar educação do campo para poder lecionar para quilombolas e com isso, nas escolas onde forem trabalhar, saberão a história de onde a professora veio dando assim visibilidade a existência da comunidade quilombola. Essas decisões dão independência em todos os sentidos as mulheres e também põe por terra a ideia de que o lugar das mulheres é conduzindo o lar, criando os filhos e servindo ao marido; o lar que conduzem não é o mesmo do patriarcado, mas lar expandido com sua comunidade.

## 5.1 TRABALHO, OUTROS ESPAÇOS E O MOVIMENTO QUILOMBOLA QUE “RE-UNE”: FESTEJOS E RELIGIOSIDADES

As mulheres quilombolas muito cedo sabem o que é trabalho, muitas ainda meninas saíram de suas casas para trabalharem em casas de famílias para ajudarem seus pais com as despesas da casa ou por troca de um prato de comida e ser uma boca menos dentro de casa. Sair dessa condição de trabalhadora é um processo longo; as oportunidades educacionais abrem outras possibilidades que lhes são gerais e também específicas:

Para além das defesa de permanência no território, de se fazerem trabalhadoras a partir do que sabem, existe, também, a idéia típica das identidades, que são a multiplicidade de pertenças que, ao agregarem-se, as constituem. A exigência de uma educação escolar para si próprias, para os(as) filhos(as) e conseqüentemente, a entrada em postos de trabalho, que revertem em investimentos para o quilombo, vai ao encontro das identidades que fazem a diferença: ser mulher, ser negra, ser negra e quilombola, significa dizer que não cabem generalizações de um jeito único de ser mulher e, conseqüentemente, generalizações de uma pauta reivindicatória, que não observe as heterogeneidades de vivências e, por isso, também, as nuances nas políticas públicas em geral (Nunes, 2014, p. 193).

As cidades não são iguais assim como as pessoas e suas formas de agir em relação ao próximo. Dona Maria Celuta Sant'Anna, uma mulher negra, talvez tenha sofrido discriminação de forma explícita ou velada; elemento que pode ter sido motivador do seu retorno para casa. Este movimento de viver e ser quilombola, que almeja a chance de viver no e no território, se apresenta como uma raiz cujas ramificações estão fortemente ligadas a um tronco comum, simbolizando a continuidade da identidade, da história e da resistência da comunidade.

Ai, eu me considero bem Quilombola. E agora que a gente também se estão tendo reunião, porque é como ficou difícil da gente ir, né? Primeiro eu ia de pé. Mas agora você está bravo eu ia de a pé chegava cedo. Chegava a tempo, né? Em cima, chegando lá em cima no Quilombo. Mas eu pegava carona, às vezes não. Mas se tiver a reunião lá eu quero ir, eu gosto (Dona Maria Celuta Sant'Anna, março/2024).

O “estar junto aos seus” tem relação com o “querer lutar” por um modo de vida que não está limitado, apenas, a aspectos geográficos, regionais, mas também envolve práticas sociais e espirituais que conferem potência aos diálogos; quando não há contato físico, visões de mundo são transmitidas através de palavras, silêncio e enfrentamentos, elementos de complexa tradução para o mundo externo à Comunidade.

Nesta mesma linha de pensamento, pode-se afirmar, categoricamente, que a proteção aos remanescentes das comunidades de quilombos requer a titulação das terras que ocupam. Terras em sentido plural: terra para plantar, cultivar sonhos, esperanças, santos, sons, tambores. Terras que contam suas histórias marcadas por uma resistência coletiva contra a opressão, especialmente, terras para garantir que o trabalho se realize sem provocar separação entre natureza e cultura, que este se realize como de o ser humano fazer a si próprio, seus semelhantes no âmbito de uma comunidade em que criar, fazer e viver faça parte da circularidade da vida (Sousa; Santos, 2019, p. 208).

A partir do Artigo 68 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (ADCT; Brasil, 1988), que possibilita a regularização de terras, surge, também, um desafio de agregar o que a colonização e suas lógicas produziram sob a forma de desunião. Essa temática perpassa o relato de Dona Maria Celuta. De acordo com ela,

[a]i, isso aí eu acho que já vem assim, do da raça, da gente, né, á origem. Porque eu sempre penso assim, se a gente fosse mais unido, porque se na família a gente fazia isso, porque por que fora de eu não assim a gente ali, num grupo, não dá pra fazer o que a gente não pode se unir, fazer isso aí,

claro, eu sei que cada um tem o seu serviço, tem seu trabalho vão trabalhar aqui, eu trabalhar lá que trabalha para os colonos ali, mas tem aquele dia da semana que podia tirar um dia pelo menos né. (Dona Maria Celuta Sant'Anna, março/2024).

Essa fala diz respeito ao desejo de Dona Maria em ter uma horta comunitária como desejo de que haja união para fortalecer os vínculos. Comunidade diz respeito a um conjunto de pessoas e o quilombo requer um aquilombamento para se ter força na luta por objetivos.

É que eu sempre digo a gente, a gente poderia fazer assim uma coisa, assim, se unir mais por exemplo, fazer uma horta comunitária dos quilombolas né, mas não, mas aí cada um quer fazer na sua casa de nós se fizesse assim, num local e todo mundo tivesse um dia da semana, um dia do mês assim, o que é que tivesse tempo, e ali a gente se reunia. Vamos lá fazer isso ou plantar isso vamos lutar aqui daí, todo mundo se beneficiava daquilo ali né? Há, mas não deu aí, não. Não deu porque ninguém tinha tempo, ninguém pode, porque eu não vou deixar de plantar (Dona Maria Celuta Sant'Anna, março/2024).

Lutar para estar junto não é um processo fácil; não basta regularizar a terra, ter uma escrita em mãos. É preciso que o registro maior seja realizado pelos repositórios de memória, que lembrarão as próximas das gerações anteriores, que existiu/existe ganho, que existe/existiu luta; se existiu luta, as armas foram a sabedoria de gerações inteiras que sabiam contar, cantar e demarcar o espaço vivido com outras inscrições, diferentes das requeridas pelo mundo dos contratos. Essa perspectiva é reafirmada por Nunes, para quem

[o] movimento quilombola, pela manutenção de seu direito de permanência em terras que outrora eram delimitadas pelos taquarais, pelas valas, pelas compras feitas de boca, com a escritura da palavra, a urgência em formalizá-los sem que, necessariamente, os fios da memória deixem de ser potência, para que, a cada geração, seja possível redesenhar outras configurações fronteiriça (2014, p. 184).

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos quilombolas, incluem o fato de que as terras destinadas aos negros foram majoritariamente as mais inóspitas, com o propósito de mantê-los em regiões de difícil acesso. Os quilombos, geralmente situados em áreas isoladas, conseguiram sobreviver a adversidades de todos os aspectos. Além disso, a incessante batalha pela delimitação de territórios, fundamental para a preservação das futuras gerações, coloca os líderes atuais em

risco, já que lidam não somente com as restrições territoriais, mas também com o avanço das ameaças externas.

### **5.1.1 Dimensões para estar aquilombado: mutirões, festas, religiosidades e possibilidades políticas**

A terra promove tudo, e é dela que as comunidades quilombolas tiram seu sustento com base em um trabalho árduo e diário. Quando se está em uma terra quilombola, ele não apenas representa o lugar em que se planta para sobrevivência, é, acima de tudo, um lugar de culto ao sagrado dentro das matas, rios e córregos d'água; está para além da uma visão de fora, que vê a terra como possibilidade de exploração. Nesse local, há a conexão entre trabalhar e viver em integração com a espiritualidade. O sagrado é quem dá forças aos quilombolas para que possam superar as diversas dificuldades e enfrentamentos do dia a dia. Está muito além de seus chás, suas ervas, é muito mais que a cura de doenças; é curar o espírito, fonte de forças que se movimentam através de crenças.

A questão quilombola, necessariamente, não vislumbra a terra como um lugar de fixação, mas sim, de movimento; o território é dinâmico na sua capacidade de criar e recriar visões de mundo, de se religar fortemente ao mundo cósmico não necessariamente através de uma religião. Religa-se por uma série de elementos que reafirmam o sagrado pela forma com que festejam, se revigoram, buscam energias nas serventias atribuídas secularmente as matas e suas folhas, sementes, raízes, cheiros e poderes (2014, p. 185).

As mulheres negras quilombolas formam lideranças de geração em geração. Aquelas que carregam suas ancestralidades, muitas vezes, parecem frágeis, mas quando começam a falar trazem o livro de histórias vividas que aqueles corpos parecem não ter condições de carregar, dada a dignidade e a persistência de viver, necessidade do morar. Em outros termos,

[e]stas lideranças mulheres vão formando as gerações, que, interrogativamente, traduzem e significam aspectos da herança colonial fortemente arraigada nas comunidades quilombolas do extremo Sul do País conforme descrito no início desta reflexão, um berço das imigrações, que, justamente com a força de trabalho que substituiria a mão de obra então escravizada, trouxeram costumes hegemonicamente, ainda hoje tidos como superiores (Nunes, 2014, p. 192).

Depois de 1988, com a promulgação de leis que asseguram direitos aos quilombolas, surgiu o programa Minha Casa Minha Vida, estabelecido pela Lei 11.977, de 7 de julho de 2009 (Brasil, 2009). Esta ação do Estado tinha como objetivo diminuir o déficit habitacional entre as famílias de baixa renda no Brasil, incluindo as comunidades quilombolas, por enfrentarem dificuldades econômicas consideráveis. Essa medida ressoa no relato de Dona Maria Lídia Ferreira. Segundo ela,

[o]s quilombolas inventaram isso aí, tem muito, muito quilombola sem casa. [...]o que tu vai pedir, meu impedimento até hoje era a casa, era a coisa que eu mais queria aí então perguntaram porquê. Eu acho que tenho que ter uma casa eu acho eu mereço. Mais ai levemos umas coisas assim como vou te dizer tu vai fazer, ou tu esse também é outro grupo da luterana tem reunião (Dona Maria Lídia Ferreira, março/2024).

Para Dona Maria Lídia Ferreira sabe como é importante ter uma casa própria e que foi através dos quilombos que a garantia a moradia foi conquistada. Ela também reconhece a importância de ser politicamente ativa, participando das reuniões da comunidade, mesmo aquelas que envolvem a Emater ou as mulheres da igreja; foi nesses espaços que ela conseguiu expor suas dificuldades e seus sonhos.

Ah, mas não deu, ai não deu porque ninguém tinha tempo ninguém pode, porque eu não vou deixar de plantar na minha terra para ir lá [...] e. Se tai, todo mundo vai aliar-se ao seu plano, um vai pra da capinar o outro vai ajudar a fazer isso outro dia fazer até arrancar até colher eu quero uma batata doce, eu não a minha batata doce, lá não tem aqui tem é tudo nosso não é a que eu tenho, né é nosso, é tudo nosso, não é meu, mas é só estou servindo a terra, né. Mas o mais você está ali, pode pegar uma batata doce, pode? Poder, pode no milho verde, um feijão que eu até plantei feijão, né? (Dona Maria Celuta Sant'Anna, março/2024).

Por mais que seja difícil viver nessa coletividade, existe a memória de um viver outrora compartilhado. Era uma existência real de coletividade nos bailes, na organização dos festejos da igreja católica; esta coletividade traduz uma relação de solidariedade, organização social e resistência política. Nos relatos de Dona Maria Celuta Sant'Anna, rememorando os Bailes de Ramada, discorre:

[e]les faziam assim tinha um terreiro assim que nem aí na frente que era um piso duro, duro batido, né? Chão batido, ali se falavam lá ta verdadeira Ramada, porque as vezes até tapavam com vassoura. Realmente por cima, né? Batava os quais botavam vassoura por cima e as paredes era tudo feito de vassoura, assim botava os quebravam vassoura, e iam fazendo ali de noite estava bem escurinho, né? Dentro de dia tu e eu olhava assim com o dia, começava a clarear algo enxergava direto lá para a rua. Quando chovia eu

acho engraçado que não chovia pra dentro. Isso aí que eu sempre pergunto por que como é que não chovia pra dentro? Era tapado de Vassouras era tapado de Capim. Eles botavam lona e por cima também, né? Mas também tinha acabado de me vassourar assim, na Boa Vista mesmo. Tinha ali eu não era a tia da Loeci, ali tinha o Otacílio também fazia Baile de Ramada era chão batido como e diz e Ramada. Né? (Dona Maria Celuta Sant'Anna, março/2024).

Mas Dona Maria Lídia Ferreira relata que os bailes eram separados, ou seja, os negros frequentavam os bailes onde só iam negros e os brancos iam nos salões onde só frequentavam pessoas brancas. É importante ressaltar que os bailes negros ocorriam em propriedades desses sujeitos. As festas/bailes são fugas, em que se esquece de problemas, se celebra a vida, a liberdade, busca-se forças para enfrentar os dias de luta. Desde o período da escravização, festejava-se, dança-se, canta-se com a finalidade de buscar forças para sobreviver ao domínio dos senhores, como podemos depreender a partir das discussões de Moura. Para a autora,

[p]ode-se entender o mais profundo significado das festas quilombolas, inclusive da perspectiva histórica, quiçá pareça incoerência saber que escravos dançavam e cantavam mesmo ante o peso do cativo. A vida na senzala não merecia ser festejada, dado que as torturas infligidas àqueles a quem se retirava até a humanidade, escravos eram peças de troca nos mercados, e a vida dura de trabalho no eito das fazendas não sugeria celebrações. Para eles, porém, resistir à escravidão foi a mais livre formas de manter as festas e a fé. Os momentos de festas misturavam-se à necessidade de reagir aos dominantes, invocando deuses e santos, elementar resistência para manter o corpo vivo e transformar terror e tristeza em força para sobreviver (Moura, 2012, p. 109).

Dona Maria Lídia Ferreira relatou com entusiasmo sobre a sua participação nos Bailes de Ramada; seus olhos brilhavam como se voltasse ao passado. Mesmo com a alegria da *memóriavivência* (Silva, 2022), de falar com detalhes sobre os preparativos para ir ao encontro dos amigos e, após, ir ao baile, não deixou de relatar a segregação que ocorria nessas festividades. Como Dona Maria Celuta Sant'Anna nos relatou anteriormente, as disputa de território sempre acompanhou os negros quilombolas, entretanto, isso não fez que sua alegria fosse retirada, mas sim fortalecida:

[a]í, no outro dia, sábado, dançava. Olha, que às vezes, dançava à noite. Olhava para os pés e era uma poeira só. Aí, nós não tinha aquela coisa de escolher, só tinha uma coisa, essas coisas, hoje não é mais tanto, nois dançava, nois tinha salão menina, outros tinha os brancos, alemães, cada um tinha o seu. E uma vez foram uma turma, foi no boqueirão os pais foram no boqueirão foi. Aí, eles disseram, mas o Boqueirão vai dançar, mas nós

vamos se ajuntar uma turma, um molecada homens todos, vamos dançar, vamos ir para o salão e vamos dançar (Dona Maria Lídia Ferreira, março/2024).

No tempo das mais velhas, a falta de leis que assegurassem direitos tornava a vida no quilombo algo natural, sem a percepção de que as ações de discriminação eram atos de aliciamento. Recordar a união experimentada em celebrações e bailes estimula o fortalecimento da identidade, a pertença ao quilombo e a batalha por direitos. Esta experiência espelha um fluxo constante de circularidade, em que o saber surge dos pormenores: sons, plantas, rituais, celebrações e todos os locais de aprendizado. Este procedimento é, em si mesmo, altamente educativo. É o que defende Nunes, ao salientar que

[o] movimento quilombola, ao reivindicar uma educação diferenciada para quilombos, atrelada à reivindicação por regularização fundiária, construiu uma forma peculiar de se pensar arranjos educacionais que estejam arraigados ao chão em que vive, na perspectiva de que as mudanças que o conhecimento que produz, impliquem acima de tudo, possibilidades coletivas de um bem viver manifesto em toda extensão da vida cotidiana (2019, p. 157).

Essas vivências históricas – e porque não dizer memoráveis, ensinam ao deixar lições que refletem no presente e possibilitam planejar um futuro diferente, aproveitando o que é bom e pode agregar contribuições na vida. É o que pensa Dona Maria Celuta Sant’Anna, ao salientar que

[n]unca vão se encontrar, né? Então acho que tem que é isso aí, que é o que eu acho que tem que terem essa união, que é para. Se encontrarem dá mais força, sabe, porque tem desacreditado que as pessoas não acreditam que pode, né? Mas eu acho que tem alguém que tem uns 2 ou 3 que consegue levantar (março/2024).

É fundamental que as comunidades quilombolas estejam unidas para que permaneçam lutando pela garantia de sua sobrevivência cultural, de seus direitos e para que possam enfrentar desafios presentes e futuros. As comunidades são vida em movimento, onde há conflitos e pressões, tanto internas, como externas, demandando superação.

### 5.1.2 Hibridismo religioso, (sobre)viver e (re)unir a partir das fissuras de um mundo racializado

Para Canclini (1997), a interação entre culturas fortalece e transforma as práticas sociais em um processo contínuo de reinterpretação, dando origem a novas formas de expressão. Exemplo disso é a devoção à imagem de Nossa Senhora para os católicos e a de Iemanjá nas religiões de matriz africana. À combinação de elementos oriundos de práticas religiosas distintas podemos designar *hibridismo*. Os fenômenos de hibridação

são processos socioculturais nos quais as estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultadas de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras (Canclini, 1997, p. 19).

Nas comunidades quilombolas, há uma busca por liberdade e autonomia baseada no sincretismo, que é característica marcante desses espaços e reflete a sua resiliência e a adaptação cultural ao longo do tempo. O sincretismo é uma forma de resistência e de afirmação das tradições quilombolas e do povo negro, de suas heranças, e diz respeito

à combinação de práticas religiosas tradicionais. A identificação das migrações, assim como a difusão transcontinental de crenças e rituais no século passado acentuaram essas hibridações, às vezes como Brasil, Cuba, Haiti e Estados Unidos tornou-se frequentemente a dupla ou tripla pertença religiosa; por exemplo ser católico e participar também de um culto afro-americano ou de uma cerimônia new age. Se considerarmos o sincretismo mais amplo, como a adesão simultânea a vários sistemas de crenças, não só religiosas, o fenômeno se expande notoriamente, sobretudo entre as multidões que recorrem para aliviar certas enfermidades, a remédios indígenas ou orientais e para outras, à medicina alopática, ou rituais católicos e pentecostais (Canclini, 1997, p. 28).

As mulheres quilombolas são guardiãs desse patrimônio cultural, e é na sua oralidade que residem os conhecimentos, as vivências, os saberes de como utilizar as plantas medicinais, as manifestações de fé e de devoção. Isso ocorre também em diversos quilombos espalhados pelo País, possibilitando-lhes perpetuar suas histórias. Muitas vezes esses conhecimentos são mantidos em espaços de intimidade e discrição, sendo uma forma de referência nas famílias e nas comunidades.

Compreender essa dinâmica como forma de resistência é fundamental para fortalecer as relações de pertencimento.

Ao finalizarmos a entrevista em sua residência, Dona Maria Celuta Sant'Anna nos conduziu com entusiasmo para explorar os arredores, falando sobre plantas, flores, árvores frutíferas, chás e ervas medicinais, esclarecendo as aplicações de cada uma delas. Logo após, conduziu-nos à residência de seu irmão já falecido, localizada no mesmo lote, a poucos metros de distância. Ao abrir a porta, o que mais se destacou foi o altar sobre o balcão, decorado com os santos favoritos, incluindo a imagem de Santa Clara, a quem seu irmão tinha especial devoção.

Essa imagem pertencia à sua mãe e a vela do altar estava apagada. Antes de sair da casa, ela foi acesa pela minha orientadora, professora Georgina, o que deixou a Dona Maria Celuta Sant'Anna muito contente. Os santos não representam apenas fé, mas também refletem elementos da religião africana camuflados nas práticas católicas, preservando a espiritualidade da cultura afro-brasileira diante de opressão sistemática. Esses elementos dizem respeito aos lugares em que

[p]onho minha energia, esforço e atenção no encarnado, situado e local, nas fendas existentes – em processo e por vir – que desafiam, transgridem, interrompem e deslocam o sistema dominante, nas fissuras que vêm de baixo, onde se encontram, se constroem e caminham formas de estar-fazer-ser-sentir-pensar-saber-viver muitas outras e nas próprias possibilidades de fazer fender, fissurar (Walsh, 2019, p. 106).

As discussões sobre o sincretismo enfatizam a hibridação cultural como sendo uma dinâmica comum nas sociedades contemporâneas, pois várias tradições e práticas se entrelaçam, formando novas identidades. Para as comunidades quilombolas, esse mecanismo de resistência permite a preservação da cultura afro-brasileira, sobrepondo a hegemonia cultural. Na cultura quilombola há uma mistura de elementos das culturas africana, indígena e europeia, formando um espaço de reafirmação da identidade e da luta por território. Essa perspectiva é reafirmada por Moura, para quem

[a]s práticas religiosas, inseparáveis das festas, revelam importantes aspectos da dinâmica cultural que se pode observar nas comunidades negras rurais. O ritual aparece aqui como o modo que têm essas comunidades de apresentar para si mesmas sua organização social, como ela se desmonta e se remonta ciclicamente. Através das constantes que se repetem no tempo, pode-se perceber a estrutura que articula essas celebrações festivas, e, quanto mais elas são insistentes, mais se vê quanto são semelhantes. Em

todas as comunidades que conheci, a fé é um fato de muita significação, mas com a maneira mestiça de ser, mesclando elementos católicos e africanos (2012, p. 71).

Abordar as fissuras que desafiam as narrativas hegemônicas e reafirmam a cultura negra (entendidas como fenômenos que emergem em contextos de opressão e exclusão) possibilita a criação de novos espaços de resistência. As mulheres mais velhas, com sua sabedoria e vivências, tornam-se figuras fortes, fundamentais para preservar, transgredir, proteger e transmitir seus saberes, assim como os rituais que, caso não fossem preservados, seriam marginalizados ou apagados. Essa resistência se manifesta na reafirmação de uma identidade coletiva e na luta por direitos, ou, em outros termos, reside nos modos

como se faz – como fazemos – as ações, processos, práticas metodológico-pedagógicas e lutas praxistas de fissurar, e como estas atividades impelem, provocam e avançam formas outras de estar, ser, pensar, saber, sentir, existir e viver; formas que interrompem, transgridem e fissuram a matriz de poder e seu projeto-guerra de morte. São estas “pedagogizações” e fissuras que dão sustento e andamento às esperanças pequenas, esperanças de que, quando começam a falar-se, aliar-se e tecer-se, se fazem mais fortes e mais irrefreáveis em seu alentar, crescer e caminhar (Walsh, 2019, p. 112).

Em todas as comunidades que conheci, a fé é muito significativa, sempre marcada maneiras mestiças de ser, mesclando elementos católicos e africanos. Nesse processo, normalmente, os saberes africanos, como o ritual de benzedura, são praticados às escondidas para não infringir a doutrina católica, que abomina essas práticas, mas, no agir e falar, em alguns momentos, as pessoas demonstram que possuem tais dons e que acreditam em saberes tradicionais, que eram comuns entre os mais velhos. Entre as mais velhas, são saberes que perduram. Conforme a análise de Nunes,

[o] feminino do quilombo, acompanhado do sagrado masculino de S. Sebastião, faz a hibridação do humano com o divino. A veia colonizadora católica, aproximada à veia afrodescendente, que sincretiza o sagrado hegemônico, produz hibridismos culturais, fazendo as mulheres verem no santo, na construção e manutenção da igreja as formas de engendrar e manter o laço social (2014, p. 199).

Essa incorporação acontece porque faz parte da identidade dos sujeitos. A comunidade negra precisou se unir para manter e testemunhar seu sagrado, resistido à opressão colonial e impedindo que suas crenças fossem apagadas da história. As

religiões africanas, frequentemente mal interpretadas e vítimas de preconceitos, ganham força na procura por energias que são compartilhadas com respeito e dignidade pela comunidade. Esta crença liga os indivíduos à sua ancestralidade, proporcionando força para resistir, reinventar, fortalecer e batalhar pelo território. Por outro lado, a mulher negra quilombola traz em si a diversidade de diversas histórias e significados em uma única pessoa.

## 6 PERCEPÇÕES DAS MAIS VELHAS SOBRE AS MAIS NOVAS: HISTÓRIAS ENTRECruzADAS

No Brasil, o Ensino Superior é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento pessoal, social e econômico dos cidadãos. No entanto, um desafio significativo enfrentado é o baixo acesso de estudantes quilombolas a cursos de graduação e de pós-graduação. Isso reflete na produção de desigualdades profundamente enraizadas ao sistema educacional, que persistem devido a fatores como a histórica marginalização e discriminação racial. As comunidades quilombolas, que carregam uma rica herança cultural e histórica, muitas vezes enfrentam barreiras socioeconômicas e geográficas que dificultam o ingresso nas universidades. Outro fator agravante são as fraudes no sistema de cotas, quando pessoas não pertencentes a grupos minoritários se apropriam indevidamente dessas vagas, prejudicando diretamente aqueles para quem essas políticas foram criadas. Isso reforça a desigualdade e perpetua a exclusão, indo ao encontro do objetivo das ações afirmativas.

Fazendo um comparativo entre a trajetória de vida das mais velhas e das mais novas, é possível ver um avanço, por exemplo, em relação à criação de mais oportunidades, que vieram a agregar qualidade de vida aos quilombolas. Os avanços legais possibilitaram que sonhos se tornassem reais, diferente da época de juventude das sujeitas da pesquisa (as mais velhas). Há jovens que não sabem aproveitar as oportunidades que estão à sua disposição, conforme relata Dona Maria Lídia Ferreira:

[e]u acho que é. Acho que pelo menos, mas é se elas não querem estudar, não querem trabalhar o que vão fazer da vida delas. Sabe o que é, escutar esses traço que não querem estudar é agora estou estudando, eu digo, eu digo assim, tiveram toda a oportunidade para estudar, tiveram não é que não tiveram só que, a cabeça não causa na era amor era baile era festa queriam aproveitar tudo né. Aí não adianta, me e sinto, quer se tu queres, se tu quer ser uma coisa na vida. Tem forças nem tem que batalhar, porque sem batalhar já não consegue nada (Dona Maria Lídia Ferreira, março/2024).

Ao trabalhar nas celebrações da igreja, Dona Mariazinha notou que muitos jovens, mesmo possuindo oportunidades, não as aproveitam por terem outras prioridades. Ela acredita que é crucial lutar para alcançar algo na vida, pois o trabalho possibilita ao indivíduo se desenvolver, refletindo sobre suas ações e sobre si mesmo. Você concorda com as concepções de Sousa e Santos (2019), particularmente ao

ênfatizar a relevância de aproveitar as oportunidades, como estudar e trabalhar, para obter uma vida digna e livre de obstáculos, como o trabalho exaustivo e o racismo. Como dissertam os referidos autores,

[é] através do trabalho que o ser humano apreende a natureza, procura compreendê-la e habitá-la aliada da sua luta pela sobrevivência. Ao investir nesta empreitada, planeja a sua atuação, observa, pensa sobre os resultados obtidos. Acertos e erros passam a constituir seu patrimônio de vivência (Sousa, Santos, 2019, p. 202).

Essas mulheres sempre trabalharam desde muito jovens, para ajudar no sustento, para manterem suas famílias, demonstrando superação e uma vida simples, sem muitos recursos. Através de suas vivências, saberes e crenças, mantiveram-se fortes, aprenderam com os mais velhos e passaram seu legado para os mais novos, ensinaram como se fortalecerem junto aos familiares e à comunidade, promovendo união para festejos, para preservar a vida na família por meio do trabalho. Embora vivessem uma vida humilde e marcada pela pobreza, encontravam formas de proporcionar momentos de felicidade e de reforço da união. Conforme Nunes,

As anciãs narram as história, fertilizam o território com memórias, que presentificam um passado que não é cópia, necessariamente, dos quilombos consagrados pela história, mas de lutas invisíveis de cerca de cinco mil comunidades, que hoje se auto-anunciam de norte a sul do País. (2014, p. 196).

As mais velhas desejam que as mais novas almejem uma vida diferente das delas, que enfrentaram muitos obstáculos, mas foram resistentes. Atualmente há legislações que amparam e geram punições aos racistas e preconceituosos. Além disso, elas desejam que as mais novas, suas filhas, desfrutem das políticas públicas, especialmente, no caso deste estudo, as políticas voltadas para a educação. É o que expõe Dona Maria Celuta, ao dizer:

[a]i, eu espero que ela siga em frente, né. Que sigam estudando, fazendo, subindo degrau por degrau mias vou indo, né. Que elas passe para frente. Não fico só ali naquele a fechadinho da daquela coisa que nem que nem era uma vez que elas vão, elas ficam. [...] Pois é, mas tu também teria que seguir. Adianta fazer até ali, se eu fechar conchinha, né, não abre a concha deixa, deixa fluir (março/2024).

Após analisar as entrevistas, é possível concluir que a educação não transformou apenas a vida das mais novas, como também mudou a vida das mais velhas. Desde a infância, essas mulheres adquiriram conhecimentos não formais na convivência com seus familiares e aprenderam a ser resistentes no curto período que frequentaram as escolas. Essa resistência se deu pelo fato de o racismo permear suas vidas; um obstáculo que, por muitas vezes, fez com que se sentissem indignas de estarem no ambiente escolar, por exemplo.

Além do racismo, a escassez de recursos financeiros e materiais complicou a continuidade dos estudos das mais velhas. Elas foram ensinadas, desde cedo, a trabalhar no campo, a zelar pela casa e pela família, além de utilizar ervas medicinais aliadas a orações, demonstrando o sincretismo característico do quilombo. Esses conhecimentos, repassados às filhas, se transformaram em componentes essenciais da educação e conservação cultural da Comunidade Quilombola Coxilha Negra.

Quando buscamos compreender a percepção das mais velhas sobre as mais novas, tem-se, na verdade, a compreensão da trajetória das mais velhas ainda como referência para a situação em geral dos quilombos. É uma geração recente que sai das universidades; sair da universidade não significa, necessariamente, ingressar no mercado de trabalho, em especial na profissão docente.

Desde a década de 1990, membros da Comunidade Coxilha Negra têm buscado uma educação formal mais longa, porém muitos não concluíram o Ensino Fundamental. Uma realidade das mulheres negras em nosso Quilombo é o retorno tardio à escola, buscando concluir os estudos básicos através do Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos). Mulheres casadas, com filhos adolescentes, que haviam parado de estudar anos atrás, não desistiram da esperança de retornar à escola. Um fator que as incentivou foi a bolsa permanência, uma política de assistência estudantil cuja finalidade é a de que estudantes indígenas e quilombolas mantenham-se na escola.

Os/as mais velhos/as na comunidade, como meus pais, por exemplo, não foram alfabetizados/as. Embora soubessem fazer contas mentalmente, não dominavam a escrita. Esta é a realidade de quase todos os membros mais velhos da comunidade, a maioria dos quais frequentou apenas os primeiros anos escolares. Aqueles que frequentaram a escola enfrentaram dificuldades, como falta de material e vestuário adequado para enfrentar o frio, além da distância entre as casas e a

escola. Eles/as também lidaram com o racismo e o preconceito diariamente, enfrentando punições, como ajoelhar no milho e até serem espancados por professores. Diante desses desafios, como os/as negros/as poderiam se sentir motivados/as a frequentar a escola? Muitos/as desistiram diante dessas adversidades. No entanto, ao discutirmos sobre a escola, aqueles que não puderam estudar encorajam seus filhos a fazê-lo, ressaltando a importância do estudo para conquistar coisas que não estavam disponíveis na época deles, como transporte escolar. Por meio das reivindicações do Movimento Negro e Quilombola, o Estado brasileiro começa a formular projetos para promover políticas sociais e programas que valorizem a população afro-brasileira e sua cultura, especialmente na educação quilombola. Um dos principais problemas enfrentados pela nossa comunidade é a falta de terras. A maioria dos/as jovens não têm mais que 2 hectares de terra, o que é insuficiente para sustentar suas famílias. Por anos, algumas das meninas da comunidade foram trabalhar como babás e empregadas domésticas na cidade.

Não que essas profissões sejam indignas, mas para ajudar no sustento de seus/as irmãos/ãs mais novos/as, sempre tais ofícios se colocam como exclusivos/as para nós. Nosso quilombo enfrenta problemas comuns a outros no País. Buscamos conhecimento por meio de cursos e participamos de reuniões sobre saúde, educação e ancestralidade, ainda que esses aprendizados não sejam absorvidos plenamente e tão somente em palestras, eventos e através de terceiros. No entanto, inquestionavelmente, esses espaços proporcionam novos contatos e ensinamentos, assim como despertam inquietações, levando-nos a buscar soluções para nossa comunidade e a construir novos olhares sobre as práticas locais.

A obtenção de direitos educacionais permitiu que professores quilombolas ministrassem aulas para sua própria comunidade, constituindo um ponto crucial neste processo. A Resolução no 8, de 20 de novembro de 2012 (Brasil, 2012), determina que a educação escolar quilombola seja disponibilizada em instituições que acolham pessoas oriundas de comunidades quilombolas remanescentes, incluindo aquelas localizadas em territórios quilombolas. Isso despertou nos quilombolas o anseio de frequentar esses ambientes educativos e a perspectiva de atingir qualquer profissão que desejassem. Essa aspiração se concretizou em 2013, quando a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) lançou processos seletivos específicos, sendo seguida pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) que, em 2015, introduziu

políticas similares, apesar de inicialmente combinar quilombolas e indígenas em um único edital. Logo depois de ter sido concluído o processo, foi feita uma avaliação junto às lideranças quilombolas e indígenas e concluiu-se que ele não poderia seguir ocorrendo daquela forma então, cada grupo passou a ter seu edital.

O Processo Seletivo Específico da UFPEL, conforme consta no site da Instituição (Universidade Federal de Pelotas, 2023), era executado inicialmente pela Coordenação de Processos de Seleção e Ingresso (CPSI) em conjunto com Comissão do Processo Seletivo Específico, conforme Portaria n.º 1.594, de 01 de dezembro de 2015 (Universidade Federal de Pelotas, 2015). Entre os anos 2018 e 2021, o Processo Seletivo Específico foi executado pela Coordenação de Desenvolvimento de Concursos (COODEC) em conjunto com Comissão do Processo Seletivo Específico selecionada pela Coordenação de Inclusão e Diversidade (CID/UFPeI). Já em 2022 o Processo Seletivo Especial foi coordenado pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), pelo Núcleo de Gerenciamento de Concursos e Vagas (NUGEC) e pela Comissão do Processo Seletivo Especial, selecionada pela Coordenação de Inclusão e Diversidade e Inclusão (CODIn), onde está o NUAAD, setor responsável pelo estabelecimento de políticas, diretrizes e práticas para a consolidação da Política de Cotas, que era instituída pela Lei n.º 12.711/12 (Brasil, 2012b) e agora pela lei n.º 14.723/23 (Brasil, 2023), sendo o órgão responsável pelo acompanhamento do Processo Seletivo Especial. Desses processos, tanto da FURG, quanto da UFPEL, há vários estudantes graduados e parte destes está na pós-graduação, amparados, na UFPEL, desde o ano de 2017, pela resolução do CONSUN/UFPEL n.º 6/2017 (Universidade Federal de Pelotas, 2017), que garante 25% das vagas para pessoas negras, quilombolas, indígenas e com deficiência nos programas de pós-graduação.

As primeiras mulheres da Comunidade Quilombola Coxilha Negra que ingressaram na Universidade fizeram parte do Curso de Educação do Campo da FURG, câmpus São Lourenço. Esse curso, por ser oferecido na modalidade de Pedagogia da Alternância, permitiu que algumas pessoas escolhessem essa formação, pois trabalhavam, enquanto outras puderam permanecer parcialmente em suas responsabilidades na Comunidade.

Um total de 15 pessoas ingressaram no curso: duas são calouras, quatro são prováveis formandas, seis se formaram e três interromperam os estudos devido à dificuldade de conciliá-los com o trabalho. Este Curso foi fundamental para valorizar

as pessoas do campo, proporcionando uma perspectiva na qual possam reconhecer-se como sujeitos de direito.

Esse período marcado por descobertas, valorização e um sentimento de pertencimento aos povos tradicionais. Foi um momento crucial para começarmos a questionar as temáticas ligadas ao quilombo, indagando o motivo de certas coisas não chegarem até nós e como poderíamos nos posicionar na vida e adquirir mais conhecimento para transformar a nós mesmos e à nossa comunidade. Ao nos apropriarmos do conhecimento científico, tornamo-nos mais difícil os processos de exploração a que estávamos submetidos. A partir dessas experiências, gostaria discorrer, brevemente, sobre as monografias que se originaram em nossa comunidade, dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e uma dissertação de mestrado.

O primeiro TCC, realizado por **Carina Santana Ferreira** (2022), abordou uma das nossas preocupações recorrentes: a falta de água nas comunidades durante as estiagens. Embora houvesse investimentos governamentais em poços artesianos no município de São Lourenço do Sul/RS, nenhuma das comunidades certificadas na região teve acesso à água através dessas iniciativas, questões que não obtiveram respostas concretas ao longo da pesquisa. Quase todas as mulheres da comunidade quilombola ingressaram na universidade simultaneamente; cada uma se inseriu à medida que tomou conhecimento dos cursos oferecidos no Campus da FURG, câmpus São Lourenço do Sul. A referida autora (2022), explorou, em seu TCC, a relação do Quilombo com a água, intitulando sua pesquisa como *Mulheres Quilombolas como guardiãs das águas*. Essa pesquisa nos ensina que:

[...] não é através de uma educação desvinculada da vida, conduzida pela palavra vazia de sentidos, que é possível construir um processo formativo. Somente por meio da experiência do fazer, que seria possível desenvolver uma criticidade na consciência dos sujeitos, indispensável à democratização social (Ferreira, 2022, p. 16).

A educação informal, transmitida através da observação das práticas comunitárias, está intrinsecamente ligada à ancestralidade que a sustenta. Essa ligação fortifica quilombolas, promovendo sua consciência e percepção como sujeitos de direito.

Nossa segunda ingressante na Universidade, **Juliana Soares** (2019), em seu TCC, traz uma análise de materiais pedagógicos para a valorização da cultura do povo

africano no ensino de ciências; a pesquisa recebe o título de *Ensino de Ciências as Relações Étnico-Raciais: Formação de professores/as ao pensar a construção de material pedagógico possibilitando uma educação antirracista*. A pesquisa de Soares (2019) evidencia que é possível desenvolver estratégias para fortalecer e reconhecer o povo negro em todos os âmbitos escolares. A Lei 10.639/03 (Brasil, 2003b), que preconiza o ensino transversal da cultura afro-brasileira em todas as disciplinas da educação básica, não limitando-se apenas aos professores de História ou Artes, por exemplo, é um instrumento viável e essencial. Sua efetivação demanda um compromisso genuíno com a educação e, sobretudo, com os povos historicamente marginalizados, como o povo negro. É um passo significativo rumo a uma educação antirracista. Conforme a pesquisadora,

[p]ensar a educação formal na perspectiva das relações étnico-raciais faz-se necessário em função das práticas discriminatórias que o ensino escolar tem historicamente replicado. O papel da educação escolar também é desconstruir as práticas racistas, colocando-se como um direito social em prol do desenvolvimento humano. Ao levar em consideração esse papel da educação e atual condição do povo negro no Brasil. Percebe-se a necessidade de desenvolver práticas educativas para educação básica com a finalidade de desenvolver o educando de forma integral (Soares, 2019, s.p.).

Discutir práticas antirracistas requer uma visão crítica da sociedade e o combate ao pensamento hegemônico de uma pretensa democracia social. É crucial identificar as diferenças e a diversidade que caracterizam nosso País, procurando estratégias para reduzir as enormes desigualdades, através de uma educação que deve ser necessariamente humanizada e inevitavelmente antirracista. Nesse cenário, a dissertação de mestrado de Juliana Soares (2023), *Educação e participação político-social de mulheres quilombolas*, analisa os obstáculos que as mulheres do Quilombo Coxilha Negra enfrentaram ao longo de suas vidas. Ela discute o processo de se autodeclararem negras e a percepção de sua posição como mulheres quilombolas e líderes da comunidade. Nas palavras da autora,

[f]oram vários os desafios com a tecnologia, com a complexidade dos textos, com a linguagem acadêmica, as inúmeras práticas racistas que vinham da estrutura, da instituição e individuais. E quando a gente apontava tais práticas, como sendo práticas de cunho racista, as pessoas alegavam que não, que era assim mesmo e que não o fizeram por mal, inclusive, que não imaginavam que nós estudantes negras quilombolas se sentiriam ofendidas. Chegaram a cogitar que o racismo é coisa de nossa cabeça, que no Brasil as pessoas brancas e negras vivem em harmonia, ignorando o abismo sócio

racial que está enraizado na sociedade brasileira em decorrência do racismo (Soares, 2023, p. 38).

Quando se pensa em estudantes quilombolas dentro da Universidade, esquece-se de como são estas estruturas, que esse espaço não é considerado para nós, negros, por ser um ambiente de disputa de poder; esquecem que nós estamos nela e queremos essa disputa. O racismo se manifesta diariamente, seja em olhares que gritam silenciosamente que aquele não é nosso lugar, seja em formas mais explícitas de discriminação, muitas vezes mascaradas em sutilezas, como se não percebêssemos quando estamos sendo discriminados pelo simples fato de sermos negros/as. Ao refletir sobre o processo de estar na Universidade, se esse seria um sonho de nossos mais velhos ou não, posso dizer que o que eles queriam é que trabalhássemos e ganhássemos nosso dinheiro para que pudéssemos colocar comida na mesa.

Um trabalho que nos garantisse uma jornada com respeito e dignidade, esse era o desejo de nossas mais velhas; a maioria teve pouca educação formal, mas elas tinham e têm uma sabedoria que vai além. A educação é uma ferramenta essencial para abrir novas oportunidades de trabalho com melhores remunerações e para compreender os escritos de autores que, a partir de seus lugares de pertencimento, problematizam e discutem temas como educação, racismo, gênero, estrutura racializada da sociedade, ações afirmativas e políticas sociais.

A nossa terceira quilombola, **Maria Escarlete Pereira**, ao ingressar na Universidade, pesquisou sobre mulheres negras e suas histórias de vida, englobando as narrativas de que fizeram e fazem parte do Movimento Negro da cidade de São Lourenço do Sul/RS. Seu TCC recebe o título *Mulheres negras como símbolo de resistência no Movimento Negro de São Lourenço do Sul*. Para ela, o racismo é como uma ferida aberta, a que o negro está exposto desde o nascimento. Todo o dia está sujeito a que qualquer pessoa branca venha reavivar esses gatilhos, às vezes com mais ou menos intensidade, sem qualquer justificativa para que isso aconteça. Em seus resultados, a pesquisadora conclui que

[...] a própria trajetória de vida dessas mulheres revela inúmeras situações de discriminação. Essas experiências de racismo sofridas pelas mesmas tendem a estimular a ideia de uma consciência racial. Afirmando que a referência de uma consciência racial está relacionada a um conjunto de representações sobre a realidade, para que se compreenda melhor esse contexto de onde estamos falando, surge a necessidade de relatar como

ocorreu todo esse processo, a começar pela chegada do povo negro no Brasil (Pereira, 2019, p. 16).

Essas pesquisadoras representam movimentos rumo a uma educação formal na comunidade, embora não tenha sido, de forma alguma, processos fáceis para as estudantes envolvidas. No total, hoje, há sete acadêmicos provenientes do Quilombo Coxilha Negra matriculados no Ensino Superior, incluindo os cursos de Educação do Campo e Agroecologia. Eles buscam conhecimentos, compartilham vivências e saberes da Comunidade com a Estrutura Universitária. Práticas de extensão, como a promoção de oficinas de agricultura familiar, também promovem a integração entre a Comunidade e a Universidade.

## CONCLUSÃO

Ao final da análise qualitativa realizada nesta pesquisa, que incluiu entrevistas com quatro mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra, em São Lourenço do Sul/RS, evidenciou-se a resistência e a organização própria da comunidade quilombola para manter seu território e preservar sua história. O estudo abordou a história dos quilombos no Brasil, os marcos legais como o Artigo 68 da ADCT (Brasil, 1988) e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, além do Decreto n.º 4.887/2003 (Brasil, 2003), que regula a regularização fundiária, destacando a luta contínua dos quilombolas pela efetivação de seus direitos e pela valorização de suas identidades e modos de vida.

As sujeitas da pesquisa enfrentaram o racismo na escola, tanto por parte de colegas quanto de professores, que não as viam como pertencentes àquele espaço formal. Essas dificuldades, embora desafiadoras, precisam ser superadas, ensinando que a luta pela terra está intimamente ligada ao combate ao racismo, e que é necessário desaprender e superar as mentalidades discriminatórias para avançar na busca por justiça e reconhecimento.

A categoria infância foi emergente do trabalho de campo: reviver a infância e modos de ser criança associou dimensões, aparentemente, incompatíveis – o brincar e o trabalhar. A vida foi sendo construída na relação com os pais, na roça, nas brincadeiras e nas agruras de ser criança negra. Agruras que não se sobrepõem à disponibilidade coletiva de traçar caminhos, de modo que a herança geracional fosse sendo mais assistida de direitos. Talvez, esta seja uma das percepções das mais velhas em relação às mais novas: “Que sigam estudando, fazendo, subindo degrau por degrau. Que elas passem para frente. Não fiquem só naquele fechadinho [...] fechar naquela conchinha, não? Abre a concha e deixa fluir” (Dona Maria Maria Celuta Sant’Anna, março/2024).

As formas de sociabilidade se alteram ao longo dos tempos. Os trabalhos realizados sob a forma de mutirão, os Bailes de Ramada, os condicionamentos da família em relação ao gênero, foram dimensões que fortaleceram vínculos que na atualidade são imprescindíveis para os avanços nas políticas territoriais e educacionais. Hoje, a percepção das mais velhas é que não se pode estagnar, afinal

“[...] se elas não querem estudar, não querem trabalhar, o que vão fazer da vida delas?” (Dona Maria Lídia Ferreira, março/2024).

Foram muitos os aportes para que a geração que agora chega à universidade nela pudesse estar. À estrutura familiar se conjuga um conjunto de práticas que a sustenta por práticas culturais que são sociais, entre elas as práticas religiosas, impregnadas de uma fé que transcende dogmas, pois são arranjos entre o instituído e o possível de proteção, materializado no plantio de ervas, no uso delas para cura, enfim, uma hibridação de elementos espirituais/religiosos, linguagens e sentidos.

Uma das percepções das mais velhas é que, embora o racismo não tenha sido vencido, ele se manifesta de formas diferentes na escola. As lembranças dos castigos corporais, como a violência física com a régua, são marcantes: “[...] para a gente que era negro né? Ela batia direto. Era o tempo da régua, sabe?” (Dona Maria Lídia Ferreira, março/2024). Esses castigos foram substituídos por outras formas de violência mais sutis, mas a luta por uma escola mais humana, que ofereça oportunidades de estudo e de inserção em postos de trabalho, ainda é premente. Os tempos mais humanos dizem respeito à oportunidade dessas que “têm estudo” se colocarem em postos de trabalho, como docentes e, quiçá, mudar radicalmente a forma como os corpos negros (não) têm assento na escola – ontem e hoje.

A coletividade quilombola é também demandada na perspectiva de assegurar o direito à terra e do “ser quilombola”; mas, atualmente, há a dificuldade de se reunir e ter, por exemplo, uma horta comunitária, porque as pessoas mais novas estão trabalhando fora para garantir a sobrevivência e abdicam de um dia específico para estarem juntos. Não há um consenso de dia, pois as agendas variam (enquanto um pode em um dia, outra não o tem disponível).

A percepção das mais velhas sobre as mais novas, indiretamente, é a de que o estudar, “trabalhar fora”, causa uma fragilização no “estar junto”. A horta é um exemplo claro de que, para viver, é necessário mais do que um salário: é preciso a continuidade do usufruto do território, que historicamente sustenta a vida que é semeada e cultivada numa espécie de mediação entre a tradição e a modernidade. A vida sempre foi feita de idas e vindas na tentativa de trabalho; as mais novas seguem este percurso – contudo, “com estudo”. As jovens não se encontram trabalhando na escola, mas elas sabem que a escola não pode ser o “lugar da dor da cor”.

A Comunidade Coxilha Negra está em um movimento da vida e pela vida, para honrar trajetórias passadas que são cotidianamente vivificadas na/pela relação muito próxima entre as mais novas e as mais velhas. A conexão com a ancestralidade ajuda a mantê-las fortes: reconectam-se com o passado através das prosas que são preces... se as circunstâncias ainda são difíceis, não é motivo para desistir. É o passo a passo, sempre há tempo para fissurar as adversidades; as mais velhas, que acriançaram as suas existências, nos ensinam: “E trabalhava e brincava ao mesmo tempo, assim dava um tempinho. [...] tentava fazer melhor né? Os pezinhos, o outro pezinho” (Dona Maria Celuta Sant’Anna, março/2024). Os passos vão longe, “[a] lua anda devagar, mas atravessa o mundo” (Mia Couto, em *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra*).

## Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Virítiana Aparecida de; SOUZA, Nelson Rosário de. Trajetória dos argumentos sobre as ações afirmativas: da Marcha Zumbi dos palmares à conferência de Durban. **Sociologias Plurais**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 271-290, ago. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DE SÃO PEDRO; MUSEU AFRO; ARAUJO, Emanuel. **Catálogo da exposição Roça é vida**. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03l00047.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.

BATISTA, Paula Gisele; BEZERRA, Moisés de Jesus; FOSTER, Eugénia da Luz Silva. Diretrizes nacionais para a educação escolar quilombola: uma perspectiva de educação contra-hegemônica. **Revista de Educação Popular**, v. 17, n. 2, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAGA, Katiane Pereira. **Análise da segurança alimentar e fatores associados na comunidade remanescente quilombola de Cocalinho-TO**. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais) – Universidade Federal do Tocantins. Araguaína, 2019. 126. f.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Resolução n.º 196, de 10 de outubro de 1996**. Conselho Nacional de Saúde. Online, 1996. Disponível em: [conselho.saude.gov.br/docs/Reso196.doc](http://conselho.saude.gov.br/docs/Reso196.doc). Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 2003a.

Brasil. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 2003b.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004. Brasília: MEC; SEF, 2004.

BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida-PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2009.

BRASIL. Resolução n.º 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 nov. 2012, Seção 1, p. 26.

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n.º 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 nov. 2023. Seção 1, p. 1.

CAIXA. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/89abi/89abitação/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 05 ago. 2024.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, p. 539-564, 2017.

CERVO, Amado Luiz de Mello; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHEHUEN Neto, José Antonio. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Científica**: da graduação à pós-graduação. Curitiba: CRV, 2012

COSTA, Joaze Bernardino; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**. V. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

CRUZ, Luciana Soares da; PESSOA, Maria Lídia Medeiros de Noronha. Ser criança quilombola: a constituição da territorialidade na experiência de crianças moradoras de uma comunidade negra rural do Piauí/Brasil. *In*: **Caderno de resumos do X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as**. (Re) Existência intelectual Negra e Ancestral. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 12-17 de outubro de 2018, Minas Gerais-Brasil. Disponível em: [https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1536775236\\_ARQUIVO\\_ARTIGOCOPENE.pdf](https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1536775236_ARQUIVO_ARTIGOCOPENE.pdf). Acesso em: 02 jun. 2024.

DIAS, Vercilene Francisco. Eu Kalunga: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas**: territórios de existência negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

FERREIRA, Carina Santana. **Mulheres quilombolas como guardiãs das águas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo – Licenciatura) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Instituto de Ciências Biológicas, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, São Lourenço do Sul/RS, 2022. 49 f.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Irene. Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. **Agência IBGE Notícias**, 27 jul. 2023. Notícias. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>. Acesso em: 18 de jan. 2024.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Ver. Bras. Educ.** n. 15, p. 134-158, dez. 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF: Martins Fontes, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. **Censo Escolar, 2020**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 10 fev. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, Orlando Ferro de. **Mobilidade social dentro da comunidade quilombola de Castainho: estudo de caso a partir da formação na Educação Superior**. 2021. Dissertação (Mestrado em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas) – Universidade de Pernambuco. Pernambuco, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MOREIRA, Fabiane; BORBA, Carolina dos Anjos de. Educação Insubmissa: Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. **REDE - Revista Diálogos em Educação**, v. 1, n. 1, p. 101-115, 2020.

MOURA, Glória. **Festas dos quilombos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao Escravismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NUNES, Georgina Helena Lima. A gente tem que sempre fazer fazendo. *In*: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. **O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 179-201.

NUNES, Georgina Helena Lima. A construção social da infância nas políticas públicas, nos discursos científicos e nas práticas sociais. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, 2015.

NUNES, Georgina Helena Lima. Lideranças Negras, Terra e Educação em Quilombos. *In*: SILVA, Márcia Alves da; ROSA, Graziela Rinaldi da. (Org.). **Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. p. 139-154.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. *In*: PENHA DE SOUZA, Edileuza; NUNES, Georgina Helena Lima; MELO, Willivane Ferreira de. (Org.). **Memória, Territorialidade e Experiências de Educação Escolar Quilombola no Brasil**. Pelotas: UFPel, 2016, v. 1, p. 45-54.

PEREIRA, Maria Escarlata. **Mulheres negras como símbolo de resistência no Movimento Negro de São Lourenço do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Educação do Campo - Licenciatura) - Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Instituto de Ciências Biológicas, São Lourenço do Sul, 2019. 61 f.

PÉRET, Benjamin. **O Quilombo de Palmares**. Tradução de Robert Ponge e Mário José Maestri Filho. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria n. 188, de 12 de março de 2024. **Define os critérios de habilitação do Programa Estadual de Incentivos para a Atenção Primária à Saúde (PIAPS), instituído pelo Decreto Estadual n.º 56.061, 29 de agosto de 2021**. Rio Grande do Sul, Secretaria Estadual de Saúde, 2024. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202403/14112049-portaria-188-2024-dapps-piaps.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade Junto aos Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019. 187. f.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *In*: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997. p. 9-30.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política: A experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de conceição das crioulas**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. 2012.

SILVA, Givânia Maria da. **O Quilombo de Conceição das Crioulas: uma terra de mulheres – luta e resistência quilombola/ Givânia Maria da Silva**. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. Brasília, 2022. 385 f.

SILVA, Paula Cristina. **Aqui é tudo uma família só: maternidade e práticas culturais de um grupo de mulheres em uma comunidade quilombola no Alto Jequitinhonha**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020. 131 f.

SIMÕES, Adriana Souza. **Feminismo negro: desigualdades de gênero, raça e classe nas discursividades de mulheres negras e quilombolas do Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Linguagens e Saberes). Universidade Federal do Pará. Bragança, 2022. 113 f.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa de povos indígenas**. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018

SOARES, Juliana. **Relações ético-raciais**: formação docente na área do ensino de ciências possibilitando uma educação antirracista.. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/62455>>. Acesso em: 18 set. 2023.

SOARES, Juliana. **Educação e participação político-social de mulheres quilombolas**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande. São Lourenço, 2023. 163 f.

SOUSA, Amária Campos de; LIMA, Débora Gomes; SOUSA, Maria Aparecida Ribeiro de. Mulher quilombola como pilar da comunidade: resistência e superação da violência. *In*: Dealdina, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas**: territórios de existência negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 89-96.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues; SANTOS, Joaquim José Ferreira. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. **Revista Katálisis**, v. 22, n. 1, p. 201-209, 2019.

SOUZA, Bárbara O. Aquilombar-se: reflexões sobre a educação escolar. *In*: PENHA DE SOUZA, Edileuza; NUNES, Georgina Helena Lima; MELO, Willivane Ferreira de (Org.). **Memória, territorialidade e experiência de educação escolar quilombola no Brasil**. Pelotas: Editora UFPel, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Portaria n.º 1.594, de 01 de dezembro de 2015**. Pelotas, 01 dez. 2015. Online. Disponível em: [https://reitoria.ufpel.edu.br/portarias/arquivos/1594\\_2015.pdf](https://reitoria.ufpel.edu.br/portarias/arquivos/1594_2015.pdf). Acesso em: 18 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Resolução n.º 06 de 23 de junho de 2017**. Pelotas, 06 jun. 2017. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/Nova-Estrutura.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Bem vindos(as) à UFPel**. Pelotas, abr. 2022. Online. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/naaf/files/2022/04/SEJAM-BEM-VINDOS-A-UFPEL.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

VALADÃO, Franciele Aparecida. **Construindo Resistências Através do Programa Nacional Educação na Reforma Agrária**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2020. 116 f.

WALSH, Catherine. Gritos, gretas e sementeiras de vida: entreteceres do pedagógico e do colonial. *In*: SOUZA, Sueli Ribeiro Mora; SANTOS, Luciano Costa (Org.). **Entre-linhas**: educação, fenomenologia e insurgência popular. v. 6. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 93-120.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman editora, 2015.

## **Apêndices**

## **Apêndice A – Roteiro das entrevistas**

1. Onde nasceu?
2. Como foi sua infância?
3. Onde estudou e até quando estudou?
4. Como eram as professoras?
5. Como foi a escolarização da família?
6. Desde quando conhece as jovens? O que sabem dos estudos delas? Interage com elas?
7. Como seria a professora ideal para você?
8. O que gostaria que as quilombolas ensinassem? De que modo?
9. Quais saberes/trabalhos gosta de fazer? Com quem aprendeu? Como se faz?

## Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelas sujeitas da pesquisa

Anexo 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Convidamos ( Deleci Nogueira Soares) a participar da pesquisa de título: "Os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra (São Lourenço do Sul/RS) e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas", sob a responsabilidade da mestranda Adriana da Silva Ferreira. O objetivo desta pesquisa é descobrir quais eram os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos a garantia do cumprimento de todas as questões tratadas que serão mantidas, sendo também mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que de forma pré- combinada forem solicitadas. A sua participação se dará por meio de entrevista semi estruturada , a partir de sua história de vida. O processo de entrevistas(orais) poderão ser realizadas em datas e espaços combinados anteriormente. Garantimos as condições para que sinta confortável Se você aceitar participar, estará contribuindo para o enriquecimento de dados ao meio científico bem como para as possíveis sugestões para um fazer docente que considere as questões de gênero, o antirracismo e os saberes das mais velhas como contribuição para uma formação de professores(as). Compreendemos que você pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo. A sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você poderá se manifestar, sem qualquer prejuízo. Os resultados da pesquisa serão divulgados na dissertação escrita que poderão ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos. Se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor entre em contato com ADRIANA DA SILVA FERREIRA, (53) 984427426. Poderá entrar em contato também através do seguinte e-mail: [adri.silvaf77@gmail.com](mailto:adri.silvaf77@gmail.com). As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou de seus direitos como participante da pesquisa podem ser esclarecidas pelo mesmo telefone acima ou e-mail já referido neste documento bem como com a orientadora da pesquisa professora Dra. Georgina Helena Lima Nunes, no telefone: (53) 981394445.

DELECI

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra contigo.

Nome e assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável *DELEU*

---

Nome e assinatura do Pesquisador Responsável

---

Nome da orientadora da pesquisa

---

Pelotas, ----, ---- de 2024.

## Anexo 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Convidamos ( Maria Catarina Ribeiro Santana) a participar da pesquisa de título: “Os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra (São Lourenço do Sul/RS) e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas”, sob a responsabilidade da mestrandia Adriana da Silva Ferreira. O objetivo desta pesquisa é descobrir quais eram os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos a garantia do cumprimento de todas as questões tratadas que serão mantidas, sendo também mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que de forma pré- combinada forem solicitadas. A sua participação se dará por meio de entrevista semi estruturada , a partir de sua história de vida. O processo de entrevistas(orais) poderão ser realizadas em datas e espaços combinados anteriormente. Garantimos as condições para que sinta confortável Se você aceitar participar, estará contribuindo para o enriquecimento de dados ao meio científico bem como para as possíveis sugestões para um fazer docente que considere as questões de gênero, o antirracismo e os saberes das mais velhas como contribuição para uma formação de professores(as). Compreendemos que você pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo. A sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você poderá se manifestar, sem qualquer prejuízo. Os resultados da pesquisa serão divulgados na dissertação escrita que poderão ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos. Se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor entre em contato com ADRIANA DA SILVA FERREIRA, (53) 984427426. Poderá entrar em contato também através do seguinte e-mail: [adri.silvaf77@gmail.com](mailto:adri.silvaf77@gmail.com). As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou de seus direitos como participante da pesquisa podem ser esclarecidas pelo mesmo telefone acima ou e-mail já referido neste documento bem como com a orientadora da pesquisa professora Dra Georgina Helena Lima Nunes, no telefone: (53) 981394445. Caso concorde em participar

pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra contigo.

Nome e assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável

Vanda Eli Santana Santana

Nome e assinatura do Pesquisador Responsável

**gov.br**

Documento assinado digitalmente  
ADRIANA DA SILVA FERREIRA  
Data: 23/12/2024 21:30:24-03:00  
Verifique em <https://validar40.gov.br>

Nome da orientadora da pesquisa

Pelotas, ----,---- de 2024.

Anexo 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Convidamos ( Maria Celuta Santana) a participar da pesquisa de título:

**"Os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra (São Lourenço do Sul/RS) e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas"**, sob a responsabilidade da mestrandia Adriana da Silva Ferreira. O objetivo desta pesquisa é descobrir quais eram os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos a garantia do cumprimento de todas as questões tratadas que serão mantidas, sendo também mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que de forma pré-combinada forem solicitadas. A sua participação se dará por meio de entrevista semi estruturada, a partir de sua história de vida. O processo de entrevistas(orais) poderão ser realizadas em datas e espaços combinados anteriormente. Garantimos as condições para que sinta confortável. Se você aceitar participar, estará contribuindo para o enriquecimento de dados ao meio científico bem como para as possíveis sugestões para um fazer docente que considere as questões de gênero, o antirracismo e os saberes das mais velhas como contribuição para uma formação de professores(as). Compreendemos que você pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo. A sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você poderá se manifestar, sem qualquer prejuízo. Os resultados da pesquisa serão divulgados na dissertação escrita que poderão ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos. Se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor entre em contato com ADRIANA DA SILVA FERREIRA, (53) 984427426. Poderá entrar em contato também através do seguinte e-mail: [adri.silvaf77@gmail.com](mailto:adri.silvaf77@gmail.com). As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou de seus direitos como participante da pesquisa podem ser esclarecidas pelo mesmo telefone acima ou e-mail já referido neste documento bem como com a orientadora da pesquisa professora Dra. Georgina Helena Lima Nunes, no telefone: (53) 981394445. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em

duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra contigo.

Nome e assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável

Elisaria Sant'Anna

Nome e assinatura do Pesquisador Responsável

Adriana da S. Ferreira

Nome da orientadora da pesquisa

\_\_\_\_\_

Pelotas, 18, 12 de 2024.

## Anexo 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Convidamos ( Maria Lídia Ferreira) a participar da pesquisa de título:

“Os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra (São Lourenço do Sul/RS) e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas”, sob a responsabilidade da mestranda Adriana da Silva Ferreira. O objetivo desta pesquisa é descobrir quais eram os saberes das mulheres mais velhas do Quilombo Coxilha Negra e suas contribuições na formação para a docência no ensino superior das mais novas. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos a garantia do cumprimento de todas as questões tratadas que serão mantidas, sendo também mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que de forma pré- combinada forem solicitadas. A sua participação se dará por meio de entrevista semi estruturada , a partir de sua história de vida. O processo de entrevistas(orais) poderão ser realizadas em datas e espaços combinados anteriormente. Garantimos as condições para que sinta confortável Se você aceitar participar, estará contribuindo para o enriquecimento de dados ao meio científico bem como para as possíveis sugestões para um fazer docente que considere as questões de gênero, o antirracismo e os saberes das mais velhas como contribuição para uma formação de professores(as). Compreendemos que você pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo. A sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você poderá se manifestar, sem qualquer prejuízo. Os resultados da pesquisa serão divulgados na dissertação escrita que poderão ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos. Se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor entre em contato com ADRIANA DA SILVA FERREIRA, (53) 984427426. Poderá entrar em contato também através do seguinte e-mail: [adri.silvaf77@gmail.com](mailto:adri.silvaf77@gmail.com). As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou de seus direitos como participante da pesquisa podem ser esclarecidas pelo mesmo telefone acima ou e-mail já referido neste documento bem como com a orientadora da pesquisa professora Dra. Georgina Helena Lima Nunes, no telefone: (53) 981394445.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra contigo.

Nome e assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável

Adriana da S. Ferreira

Nome e assinatura do Pesquisador Responsável

José Carlos Rodrigues

Nome da orientadora da pesquisa

\_\_\_\_\_

Pelotas, 22/12 de 2024.